



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 08

PORTO VELHO-RO, TERÇA-FEIRA, 19 DE JANEIRO DE 2016

ANO V

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
SECRETARIA GERAL	0224
ADVOCACIA GERAL	0225
SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES	0226
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	0226

TAQUIGRAFIA

ATA DA 53ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE DELEGACIA 24 HORAS PARA MULHER, NO ÂMBITO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Em 09 de novembro de 2015

**Presidência do Sr.
JESUÍNO BOABAID - Deputado**

(Às 09 horas e 28 minutos é aberta a audiência).

A SRA. VAGNA VIEIRA (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e Senhores, bom dia. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, após aprovação em plenário de requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Jesuíno Boabaid, realiza Audiência Pública, para discutir e analisar Delegacia 24 horas da Mulher no âmbito do Estado de Rondônia.

Temos a honra de convidar para compor à Mesa desta Audiência, o Excelentíssimo Senhor Deputado Jesuíno Boabaid, proponente desta Audiência; o Excelentíssimo Senhor deputado Lazinho da Fetagro, Dra. Tânia Garcia Santiago, representante do Ministério Público do Estado; o Excelentíssimo Sr. Antônio Carlos dos Reis, Secretário Estadual da SESDEC; Dra. Juraci Henrique de Souza, Delegada Geral Adjunta representando a Direção Geral da Polícia Civil; Dra. Elda Luciana, representando

a OAB; Excelentíssima senhora Vereadora Ana Maria Negreiros, representando a Câmara Municipal de Porto Velho; a Sra. Iara Ortiz, Presidente do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher; Sra. Márcia Gazoni, representante da Delegacia da Mulher.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Invocando a proteção de Deus, e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública para discutir, analisar a Delegacia 24 horas da Mulher no âmbito do Estado de Rondônia. Hoje por se tratar de um horário, era a previsão de 9 horas, a gente abriu mão do Hino Nacional e vamos partir para as questões dos debates. O tema hoje, em primeiro lugar eu quero cumprimentar a todos da Mesa, a composição da Mesa o deputado Lazinho da Fetagro; a Dra. Tânia, representante do Ministério Público; Antônio Carlos Reis, Secretário da SESDEC; Juraci Henrique de Aguiar, Diretora Geral Adjunta da Polícia Civil; Dra. Elda Luciana, representante da OAB; vereadora Ana Negreiros, representando a Câmara Municipal de Porto Velho; Iara Ortiz, Presidente do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher; e Márcia Gazoni, representante da Delegacia da Mulher. Quero também cumprimentar todas as pessoas presentes internas, externas, a todos trabalhadores que labutam nesta Assembleia Legislativa e a proposição decorre aja vista a questão da Delegacia da Mulher. Então eu fiz algum resumo mais a gente vai, nós iremos, eu e o deputado Lazinho achamos por bem ouvirmos primeiro as pessoas que tem o interesse, que tem o respaldo jurídico legal sobre a questão da manutenção da delegacia. Então a gente preferiu e prefere ouvir as devidas autoridades. Vou passar a palavra aqui para o deputado Lazinho para ele fazer também o resumo.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Bom dia senhor Presidente, bom dia a todos os presentes e cumprimentar a nossa Mesa, muito rapidamente dizer que o tema é de suma importância e principalmente para subsidiar esta Casa. Nós temos um trabalho na Federação com relação às mulheres já de muitos anos, justificar até ausência da dona Isabel, que é Coordenador

MESA DIRETORA

Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**
1º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**
2º Vice-Presidente: **HERMÍNIO COELHO**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**
2º Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**
3º Secretário: **ALEX REDANO**
4º Secretária: **ROSÂNGELA DONADON**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - **Carlos Alberto Martins Manvailer**
Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

Estadual das Mulheres porque ela está hoje em Brasília, no Conselho Deliberativo e posteriormente no Congresso da nossa Confederação, por isso não está presente. Mas é um tema de grande relevância e nós precisamos tentar encaminhar mais essa ação, mais essa política pública aqui no nosso Estado, haja vista, que existe em nível nacional um trabalho já bem começado e elaborado e a gente precisa fazer com que o Estado possa ter e dê o mesmo respaldo que em nível nacional se pensa, principalmente no que se refere ao atendimento as companheiras não só em Porto Velho, mas em todo o Estado.

A gente tem dados preocupantes com relação a esse tema, e o Estado tem a responsabilidade de tentar resolver a curto, médio, longo prazo essa pauta. Obrigado, sejam todos bem-vindos.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Vamos passar a palavra para Mestre de Cerimônias para registrar algumas presenças.

A SRA. VAGNA VIEIRA (Mestre de Cerimônias) – Registramos a presença da senhora Onete Maciel Alves, Assistente Social, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher; também da 1ª Tenente Michele, representando o 1º Batalhão da Polícia Militar do Estado de Rondônia; da senhora Iglaire Regis, assessora do Excelentíssimo Senhor Senador Valdir Raupp e da Excelentíssima Senhora Deputada Federal Marinha Raupp; Tenente-Coronel Aurélio, representante do Conselho Geral da Polícia Militar; senhora Débora Jorge Turbair Farias, representante da SEDUC; doutora Marcela Chiecco, psicóloga da Defensoria Pública do Estado Núcleo Maria da Penha, senhora Vanusa Machado, Coordenadora Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres; Doutora Janaína Xander, Delegacia da Mulher; Senhora Valdenira Albuquerque, Diretora do Centro de Referência de Atendimento a Mulher vítima de violência doméstica; Senhora Maria das Graças, agente fiscal do Conselho Regional de serviço Social; Senhora Mara Valverde, Diretora Social representando o SINDLER; senhora Luzia Oliveira, Assistente Social da Defensoria Pública do estado; Dra. Juraci Henrique de Souza, Delegada Geral Adjunta, representando a Direção Geral da Polícia Civil; senhora Sebastiana Furtado Soares, Assistente Social e professora da UNIP; senhor Ruslan Magalhães, Diretor do Conselho de Segurança; Dr. Júlio Ugalde, Delegado de Polícia, assessor da SESDEC; Senhora Geovana Barros, Secretária da Mulher, representando o SINDUR e o FNU.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – O Major Aurélio representando a Polícia Militar é isso? Major Aurélio. Bem, a discussão também trata no bojo da lei 11340, então a gente também tem que deixar bem claro que trata de criar mecanismos para coibir violência doméstica e familiar, que é a Lei Maria da Penha, então também tem essa discussão, a aplicabilidade dessa lei.

E vou passar agora a palavra para a vereadora Ana Negreiros.

A SRA. ANA MARIA NEGREIROS – Bom dia a todos. A Assembleia hoje está bonita, repleta de mulheres destaque do nosso município de Porto Velho e do nosso Estado de Rondônia.

Cumprimentar toda a galeria em nome do Carlos

Caldeira, bom dia a Mesa; cumprimentar o deputado Jesuíno, o proponente dessa matéria, mais uma vez. No mês passado nós discutimos sobre a saúde da mulher né Lara? E também proposta pelo deputado Jesuíno e é muito importante os deputados e deputadas do nosso Estado de Rondônia trazer em prática, não só em falácias a melhorias das nossas mulheres rondonienses. Cumprimentar o nosso Secretário, Dr. Reis, Secretário de Segurança do nosso Estado de Rondônia, a Dra. Tânia representando o Ministério Público, a senhora Lara Presidente do nosso Conselho Municipal das Mulheres também está aqui presente, a nossa conselheira do Estado de Rondônia, a Dra. Elda, representando a OAB; a Dra. Juraci, Diretora Geral Adjunta da Polícia Civil, como é bom nós termos também uma mulher representando a nossa Polícia Civil do nosso Estado de Rondônia; a senhora Márcia Gazoni, representante da Delegacia da Mulher; a qual eu cumprimento também a Dra. Janaína, que eu estive com ela mês passado buscando informações sobre a delegacia. Cumprimentar a todas as mulheres presentes em nome da Mara Valverde, uma grande defensora das nossas mulheres do município de Porto Velho, a qual cumprimento todas as mulheres aqui presentes.

Também representando a nossa deputada Federal marinha Raupp que é uma grande defensora da mulher rondoniense, sejam todas bem-vindas aqui nessa Audiência Pública onde tenho certeza que traremos soluções não é Lara? Não ficaremos só em discussões, mas nós sairemos daqui com coisas certas para as nossas mulheres do nosso Estado de Rondônia. Era muito bom que nós não estivéssemos discutindo isso deputado, aqui na nossa Assembleia Legislativa. Era muito bom se não houvesse violência do nosso mundo, no nosso Brasil e principalmente as mulheres tão indefesas, eu sou contra qualquer violência, não só a violência doméstica, mas qualquer violência eu sou contra. E principalmente contra a violência da mulher, eu sou contra uma mulher ser violentada em sua casa cuidando dos seus filhos, infelizmente ocorre todos os dias.

Infelizmente hoje o nosso Estado de Rondônia nós estamos no sétimo lugar de mais violência contra as mulheres do nosso Estado de Rondônia. Secretário eu peço humildemente, eu sei que a tempo isso vem passando e nunca foi olhado para as nossas mulheres. E eu tenho certeza que o nosso Governador do Estado de Rondônia quer um olhar diferenciado para as mulheres rondonienses. Nós estivemos com o senhor semana passada juntamente com a nossa Conselheira Municipal, juntamente com a OAB e juntamente com a nossa Coordenadora do município de Porto Velho, a Vanusa. E nós pedimos para o senhor a Delegacia 24 horas, nós entendemos a burocracia que existe por falta de pessoal, como a Dra. Janaina nos relatou, mas você foi bem sensível à causa e disse que ano que vem terá concurso público. E eu tenho certeza que nesse concurso público o senhor será sensível à causa da mulher e colocará aí o pessoal necessário para que nós tenhamos a Delegacia 24 horas. Nós conversamos para no momento, que é tão burocrático agora nesse momento ter a 24 horas, termos pelo menos pela manhã e pela tarde, os dois períodos. O senhor colocou sensível e eu tenho certeza que o senhor hoje está trazendo boas notícias, o senhor foi bem sensível que eu achei fundamental nós termos uma delegacia na Zona Leste, e na Zona Sul e nós já temos uma na Central, onde o senhor está fazendo juntamente com a sua

Secretaria de Segurança todo esse trabalho. Se Deus quiser logo quando a munícipe está sendo feita que saíra o 8º DP da Zona Leste que será atendido ali na Amazonas, ali na nossa querida e grande Zona Leste eu tenho certeza que a nossa nova Delegacia da Mulher será ali no 8º DP para atender a região mais populosa do nosso município de Porto Velho, que é a Zona Leste. E tenho certeza também que será feito nos seus planejamentos para que tenhamos também na 2ª Zona mais populosa no município de Porto Velho, na Zona Sul. Então eu venho pedir Secretário juntamente com toda a sua assessoria, juntamente com a Polícia Militar, a Polícia Civil doutora, que todos juntos possam resolver esse grande pedido da mulher rondoniense que é para que tenhamos a delegacia 24 horas para atender as nossas mulheres rondonienses. E não ficar só em delegacia, ficarmos também em prevenção, em políticas públicas, levamos Conselheira juntamente aqui representando o Estado e o Município, as Coordenadorias, que nós levamos para os bairros de Porto Velho, do Estado de Rondônia para que não só as mulheres participem das reuniões, das prevenções das palestras, mas também os seus companheiros que é o mais importante que estejam juntos com as mulheres, para que nós possamos tirar Rondônia do 7º ranking de violência contra a mulher. Muito obrigada e vamos juntas, não vamos ficar só nesta Audiência Pública, eu proponho que saíamos daqui com uma comissão de mulheres para que nós fiquemos junto com a Secretaria de Segurança buscando as informações e a realidade concreta de nós termos a delegacia 24 horas no nosso Estado de Rondônia. Muito obrigada e que Deus nos conceda força para que não possamos parar a nossa luta em defesa das mulheres rondonienses. Muito obrigada.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Obrigada vereadora. Eu vou passar a palavra agora para a Presidente do Conselho Municipal da Defesa dos Direitos da Mulher e depois vou passar para o Secretário de Segurança porque ele tem um compromisso, que é a parte mais interessada também.

Ele não vai ficar ouvindo a sua reivindicação, a gente tem que sair daqui com um ideal, qual é a proposição? A questão da delegacia 24 horas não é isso? É por isso que eu quero ouvir uma do Conselho, a delegada vai ficar aqui recebendo as demandas não é isso? Depois a gente passa, mas eu quero quanto à questão da demanda da delegacia ser 24 horas. É por isso que eu quero resolver isso aí.

A SRA. IARA ORTIZ – Bom dia a todos. Eu vou cumprimentar a Mesa em nome do deputado Jesuíno e em nome da minha colega Onete, Conselheira também, cumprimento a toda a plenária. Deputados nós conversando várias vezes a respeito e a gente já vem nessa luta há muito tempo, e Secretário há 30 anos Porto Velho, o Estado de Rondônia foi o 2º Estado que implantou a delegacia da Mulher, há 30 anos. Eu acho bacana isso 2º numa Federação grande e um Estado aqui da região Norte foi o segundo, e se tivéssemos para fazer um comparativo, se nós tivéssemos notificações concretas, nós não seríamos o sétimo lugar e talvez primeiro ou segundo na violência e aí é muito triste, numa comparação muito triste, porque 30 anos numa luta. Quando hoje nós trouxemos juntos com os demais proponentes dessa Audiência a solicitação da delegacia 24 horas, era mesmo para instigar a possibilidade

de termos coisas mais concretas aqui no nosso município, e no nosso Estado referente à Segurança da Mulher. E aí nós iniciamos a nossa fala como dar uma continuidade a luta dando uma perspectiva de melhoria para essa delegacia que já tem 30 anos, 30 anos e nós estamos retrocedendo quando nós tiramos delegados de lá. Nós temos somente duas delegadas e nessa semana passada quando falávamos lá na reunião da rede de enfrentamento o apelo das nossas delegadas porque elas conseguem atender a população até uma e meia, duas horas da tarde, depois tem elas tem toda a parte interna e os inquéritos acumulados, porque elas só estão em duas pessoas.

Se nós tivéssemos pelo menos uma terceira para poder cuidar dos inquéritos enquanto duas cuidariam. Sabe então nós temos assim que instigar o assunto aqui para a gente poder ver quais são as melhorias, para que nós possamos chegar na tão almejada delegacia 24 horas. Se nós não tivermos uma estrutura nós não vamos chegar. Então nós estamos ouvindo também, depois daquela reunião de quinta-feira lá, do enfrentamento doutora, eu tive com uma pessoa a noite, num jantar e comentando sobre a nossa reunião, uma pessoa ligada à segurança, e aí comentei depois de conhecer e conhecer depois de 17 anos de Estado, conhecer um pouco dos nossos distritos, eu descobri que lá o delegado nem manda para cá os casos porque às vezes não tem, ele está resolvendo coisas aqui e não têm delegados lá nos distritos para atender. Então é muito mais séria essa reivindicação de 24 horas, tem que puxar lá na base para gente começa a fazer alguma coisa porque se não, nós não vamos sair dessa mesmice, nós vamos continuar com as mulheres violentadas. E aí quando vem à parte de orçamento deputados, a gente pensa assim 'tá, não tem orçamento, não colocou no orçamento, não foi previsto no orçamento, não tem dinheiro'. Mas o que está se gastando com a saúde, com outras políticas por conta dessa violência são muito maiores. Por que aí não vai atender só aquela mulher que foi vitimizada, não vai atender um boletim de ocorrência para que dê um andamento de atendimento ao agressor ou ele ir para um programa, vai atender aos filhos, vai atender uma família inteira com saúde, com psicólogo, com assistente social, os gastos são muito maiores. Então nós estamos aqui sim, reivindicando uma delegacia 24 horas, mas que possamos buscar como esse custo é muito grande e essa burocracia é muito grande, então vamos começar a da raiz. Vamos dá condição para que os nossos delegados, os nossos policiais, os nossos agentes de segurança tenham condições de dá atendimento para essas pessoas vitimizadas, e aí o mal começa a ser lá da base. Então é uma discussão séria, uma discussão que nós não vamos abrir mão, nós não vamos Secretário abrir mão dessa delegacia por quê? Porque quando vocês colocarem no papel o custo dessa delegacia, vocês vão começar pelo menos dá qualidade para o que já tem para poder chegar na 24 horas. Se nós tivermos uma então seria como o deputado falou, em longo prazo, mas em médio prazo não dá mais para esperar, temos que ser em curto prazo. Nós temos aqui pessoas técnicas representando tanto a rede de enfrentamento, as pessoas que estão na ponta que sabem dos números e as nossas delegadas, os nossos agentes de segurança. E isso é uma reivindicação que o Conselho tanto municipal como estadual não vai abrir mão de fiscalizar. E solicitar e instigar para que seja dada condição, então vamos que essa Audiência possa partir propostas e encaminhamentos que possam ser exequíveis e de ser concretizados. E eu agradeço a todos.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Vou alternar, vou passar a palavra agora para a senhora Onete Maciel Alves, Gerente de Políticas para Mulheres não é isso? Presidente Estadual dos Direitos da Mulher. A senhor pode fazer uso da palavra. Informando que o Secretário está informando que ele vai ouvir a senhora, a Valverde a doutora Tânia, aí depois ele vai ouvir.

A SRA. ONETE MACIEL ALVES - Bom dia a todos.

Cumprimento a Mesa aqui na pessoa da Dra. Tânia; cumprimento todas as participantes aqui na pessoa da minha colega e companheira assistente social também Luzia, da Defensoria. Na verdade eu havia até preparado uma colinha aqui para conversa, mas esqueci dos óculos também, esqueci lá no carro, e peço desculpas também pelo atraso porque fiquei quase meia hora correndo atrás de estacionamento para poder chegar a tempo, mas foi impossível. Mas assim eu gostaria de colocar aqui. Primeiro para o nosso Secretário de Secretário de Segurança dizer que enquanto gerente da Política pra Mulher no Estado de Rondônia e, estamos há dois meses e meio como Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher; também estou gestora do Pacto pelo Enfrentamento a Violência contra a Mulher no Estado de Rondônia. Esse pacto ele é em nível nacional e aí hoje nós estamos, havia sido convidada para participar do lançamento do mapa da violência que está sendo nesse momento, está sendo lançado lá em Brasília, e aí por algumas questões burocráticas da Secretaria não foi possível a minha participação. Mas estou feliz por estar aqui também participando desse momento muito importante para nós mulheres do Estado. Dizer assim, é uma pena estarmos no ranking no sétimo lugar, poderíamos estar numa outra colocação se realmente as políticas funcionassem, se realmente todos os atores sociais se envolvessem realmente com a nossa política, infelizmente ainda há um descaso, vamos colocar. Eu coloco aqui assim quando eu vou para Brasília eu volto de lá, eu chego lá e fico angustiada por que todos os Estados da Federação tem uma Secretaria de Políticas para as Mulheres, o Estado que não tem, tem uma Superintendência ligada ao gabinete do Governador. E nós, após essa reforma administrativa do Governo há três meses, foi criada uma Gerência, onde nessa Gerência estou como gerente e aí estou eu, e eu, e eu. Então assim infelizmente é muito difícil a gente conseguir trabalhar sem ter colaboração, sem ter pessoal para trabalho. E aí assim, uma outra preocupação nossa é que aqui na região Norte, nós estamos entre os cinco primeiros que estão no ranking, está sendo lançado nesse momento e aí eu digo já para vocês que eu acredito que ainda não tiveram a oportunidade de acompanhar, Roraima está em primeiro lugar e o Acre está em quarto. Então assim, nós estamos com dois Estados da região Norte aí nas primeiras, despontando como os Estados que estão na ponta como na violência e principalmente na questão dos homicídios das mulheres. E aí assim Rondônia está em sétimo lugar e a nossa vereadora muito bem colocou não estão sendo notificados os casos. E uma das coisas que eu gostaria que fosse encaminhado aqui é que Instituto de Medicina Legal registrasse os atos de violência. Por que quando chegar uma mulher que acontece uma morte, é colocado no laudo lá 'morte por arma branca ou morte por arma de fogo'. Isso não caracteriza violência doméstica. Então assim em outros Estados já está

regulamentado, já é lei, que se coloque lá no laudo 'morte por violência doméstica', aí sim nós vamos poder realmente notificar e saber como está a questão da violência no nosso Estado.

Estamos promovendo, aliás, no dia 07 e 08 de dezembro vai acontecer a Conferência Estadual de Políticas para Mulheres e na oportunidade nós estamos trazendo aqui a primeira delegada da primeira Delegacia da Mulher do Brasil que foi de São Paulo, a Dra. Rose Marrie Corrêa, fiz o convite a ela, aceitou prontamente, só que nós temos muitas dificuldades para trabalhar por conta também orçamentária, solicitei as passagens da delegada à Secretaria de Segurança Pública, infelizmente recebi um não, que não há possibilidade de pagar a passagem para que a nossa delegada da primeira Delegacia da Mulher do Brasil esteja aqui também colaborando e fortalecendo a nossa política. Então quando eu recebi o ofício de retorno dizendo que não havia possibilidade de pagar a passagem para a delegada, me entristeceu muito, porque nós trabalhamos em parcerias, nós não podemos trabalhar pensando que a política da mulher só se desenvolve dentro da Secretaria de Estado de Assistência Social, ela está dentro da Secretaria de Saúde, ela está na Segurança, ela perpassa por todas as políticas, então por isso que eu pedi para falar antes que o senhor saísse daqui porque eu queria realmente passar esse recado para o senhor, que olhasse com um pouquinho mais de carinho essa possibilidade, porque na SEAS nós também não estamos em condições até porque estamos trazendo outras pessoas também importantes do nosso país para vir participar da nossa Conferência e contribuir com suas experiências exitosas aqui para o nosso Estado. Então gostaria de deixar esse recado. Também no dia 25, eu acredito que o senhor também irá receber este convite, iremos participar da comemoração dos 10 anos do Ligue 180 lá em Brasília e com certeza o senhor irá também receber o convite para participar deste evento, então já vou de antemão já passando o convite ao senhor porque estive em Brasília no mês passado e esta foi uma das demandas que ficaram para este mês, hoje o lançamento do mapa e no dia 25 a comemoração dos 10 anos do Ligue 180. Atualmente estamos com uma média de quatro milhões e oitocentos mil chamadas, a expectativa era de que até o dia 25 se chegue a cinco milhões, não sei se a gente vai conseguir atingir, mas essa é uma ferramenta importantíssima que está sendo utilizada a nível nacional porque as mulheres estão conseguindo fazer as denúncias, só que muitas das vezes quando fazem a denúncia que vem o retorno para o Estado, o Estado não dá resposta. E uma outra coisa também que eu gostaria, é muita coisa que a gente tem para falar, mas o tempo é pequeno, mas a gente vai tentar falar aqui, é em relação a participação das nossas conselheiras no Conselho Estadual. O Conselho tem dois meses e meio, a Dra. Tânia esteve presente na nossa posse e nos disse assim 'em dezembro eu quero cobrar, eu quero ver de vocês o que vocês estão fazendo', estamos fazendo muito, doutora, tenha certeza, só que eu e mais duas ou três pessoas, até hoje eu não conheço quem é representante do Conselho Estadual pela Secretaria de Segurança Pública, nem na posse as pessoas compareceram e sequer em nenhuma das reuniões também, assim como de outras secretarias também. Então eu gostaria de deixar o recado aqui, se realmente não há condições de participar que troquem as pessoas, que coloquem pessoas

que estejam realmente preocupadas em trabalhar com a política da mulher, com os direitos da mulher, para garantir o direito, porque eu sozinha lá enquanto presidente e enquanto Irisvone da EMATER e mais umas duas companheiras que estão lá nos acompanhando nós não vamos conseguir fazer muita coisa.

Então eu gostaria de pedir também ao Secretário que se caso não seja possível que as pessoas que foram indicadas participem das reuniões que indique outras pessoas que possam realmente estar colaborando e contribuindo para fortalecer o nosso conselho.

Muito obrigada.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) - Quero fazer o registro da presença do Deputado Dr. Neidson, Presidente da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa. Passar a palavra agora para o SINDLER, Mara Valverde. Como tem vários inscritos, eu vou disciplinar a partir deste momento a fala em cinco minutos, tem muitos, fora a essa tem mais esse montante aqui, então eu vou colocar agora o limite de cinco minutos.

A SRA. MARA VALVERDE - Bom dia a todos. Cumprimentar a Promotora Tânia, em nome dela eu cumprimento todos os componentes da Mesa, delegada, secretária, deputados, Presidente do Conselho e todos vocês que estão aqui neste momento tão importante para nós como já foi colocado, há 30 anos a gente clama, fala não só porque nós queremos uma delegacia 24 horas por ser, mas queremos uma delegacia para que a gente não tenha mais as nossas mulheres sendo manchete de jornal, como tem a Gazeta, como hoje vai ser lançado o mapa da violência onde o Estado é o 7º, e a gente sabe que essa situação ocorre em qualquer classe social, não precisa ser mulher negra, mulher pobre, mulher rica, é qualquer uma de nós podemos ser vítima de violência, não queremos mais que nenhuma mulher morra. E aí já foram colocados muito bem os dados, o tempo, as nossas lutas, a importância dessa delegacia. O Secretário já sabe há muito tempo, por isso Secretário a gente falou de ter a sua presença aqui para realmente saber o que está acontecendo no Estado. Essa Conferência Estadual tão importante para as mulheres, que pauta, que norteia a vida das mulheres para os outros anos e a gente gostaria que a primeira Delegada da Mulher quando viesse aqui a gente já tivesse uma orientação, uma informação que vai ter uma delegacia 24 horas daqui a 2018, daqui a 2020, daqui a 2016, 2017, mas algum dia, alguma hora porque a gente precisa sair que o nosso Estado com potencial, com recursos tão importante, tanto dinheiro que nós temos no nosso Estado porque não olhar para as mulheres, porque não ter uma Secretaria da Mulher, porque não ter mais recursos? Tanto que se fala nesta Casa, tanto que os parlamentares que estão aqui, os três. A gente agradece a presença dos três parlamentares e queremos que os outros que estejam nos seus gabinetes e que vão ouvir essa audiência através da TV da Assembleia, possa tocar no coração deles para que a gente possa ter, como a Promotora Tânia já ligou para o prefeito, já ligou para o governador. A Casa da Mulher Brasileira tão importante para a gente, para Rondônia que é uma outra discussão que nós temos que pautar sim e que a gente possa, deputados, ter audiência, mas com resolutividade, a gente já participa e as pessoas diz 'a tu sempre está lá na audiência, tu

tá sempre falando', mas a gente enquanto está viva, enquanto a gente pode acreditar e sonhar e lutar para que realmente isso de fato seja concretizado. Então eu encerro minha fala, e a Vereadora Ana foi muito feliz e a gente já tinha colocado isso em outros momentos de ter um grupo de trabalho como nós já tivemos. Eu já fui na outra gestão lá no gabinete do Vice-Governador Airtton na época trabalhar também com os delegados, pensar, pautar, falar da importância só que não foi para diante como a delegada Edna sabe, como a delegada Valquíria que não está aqui sabe, como já teve recurso da Secretaria das Mulheres para ter essa implementação. Então vamos agora, eu acho que o momento é esse da gente ter essa resolução para que a gente possa logo, que saia logo essa Delegacia 24 Horas e sair desse mapa, sair desse ranking de violência, fazer com que o nosso Estado realmente seja manchete de jornal não da violência, mas manchete de jornal com os nossos policiais que eles sabem que tem um papel fundamental, importante, a gente sabe do trabalho das delegadas, a gente sabe que é cansativo, que não é fácil, a gente chega na delegacia, mas que a gente possa ter realmente um atendimento, um local específico, os profissionais também com as suas capacitações para que as pessoas que vão lá sejam atendidas e que não voltem mais, isso é o mais importante, que elas não voltem e que também não morram.

E é isso que nós dizemos neste momento aqui. Muito obrigada, e a nossa luta continua enquanto uma mulher for vítima de violência.

Muito obrigada.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) - Vou passar a palavra agora para a Dra. Tânia.

A SRA. VAGNA VIEIRA (Mestre de Cerimônias) - Com sua licença, Presidente, para registrar e justificar a ausência da Vereadora Fatinha Ferreira, da Câmara Municipal de Porto Velho, que por motivo de doença não está presente, mas deseja êxito ao evento; e também comunicar que estamos sendo transmitidos ao vivo pelo Portal da Assembleia Legislativa, o endereço al.ro.leg.br. Obrigada.

A SRA. TÂNIA GARCIA SANTIAGO - Bom dia a todos.

Cumprimento a todos os integrantes da mesa em nome do Deputado Jesuíno. Eu acho que a necessidade de criação da Lei Maria da Penha, de mecanismos efetivos para enfrentamento a violência doméstica está mais que justificada.

O cronometro da violência contra a mulher relata a existência de 05 espancamentos contra a mulher a cada 02 minutos, 01 estupro a cada 11 minutos, 01 feminicídio a cada 90 minutos, e 179 relatos de agressão por dia, segundo dados do 180, que é o Serviço Nacional de Denúncia de Violência Doméstica. Assim como também acho que é devidamente justificada a necessidade da existência do Serviço de Atendimento à Mulher, serviço policial 24 horas, que é a DEAM 24 Horas. Em 12 anos de Ministério Público uma das coisas que eu acho que tem sido muito latente para mim é que a gente tem que evitar reserviços no serviço público, porque tem toda uma movimentação orçamentária de programação de planejamento que é feito às vezes para um ou dois anos e aquilo em pouco tempo já não faz mais sentido, e hoje no que

diz respeito ao enfrentamento a violência contra a mulher nós temos uma política, uma diretriz de política nacional que leva a criação da Casa da Mulher Brasileira, qual é a metodologia de funcionamento e operação da Casa da Mulher Brasileira? E eu faço um parêntese rapidamente aqui, eu acho que todos que trabalham com enfrentamento a violência doméstica familiar contra a mulher sabem que o atendimento policial, o enfrentamento a repressão é uma das vertentes, é um dos braços deste serviço público de enfrentamento e prevenção à violência, então não adiantaria, e aí eu peço desculpa, eu sei que quem milita pela DEAM 24 Horas há muito tempo está até cansado de ouvir isso, mas não adiantaria, não adiantaria a gente brigar hoje aqui apenas e tão somente pela delegacia aberta 24 horas, por quê? Eu digo para os senhores. Sexta-feira nós ficamos em audiência até às duas horas com uma mulher que me procurou na segunda-feira com a testa toda rachada, o braço roxo, mas ela não tem a menor capacidade de falar por si porque ela todos os dias da semana foi me pedir que ela queria tirar a medida, ela queria se retratar, ela não queria, e eu tinha pedido prisão, medida protetiva e tal, enfim é um caso que mesmo com a resposta repressiva estatal imediata nós não conseguimos superar. A gente precisa de todo um aparato junto com a polícia, a polícia é um braço desse serviço. Então é por isso que o que se tem de mais recente, mais moderno nessa política é a Casa da Mulher Brasileira porque o serviço da Casa da Mulher Brasileira traz contemplação de estar todos no mesmo local, no mesmo ambiente e ao mesmo tempo o serviço de Acolhimento e Triagem, o serviço de Apoio Psicossocial, a Delegacia, a Vara especializada, ou seja, o Judiciário para medidas protetivas imediatas, para audiências imediatas ou o que for necessário, o Ministério Público, a Defensoria Pública, a promoção da autonomia econômica, isso envolve diversos serviços, e também uma central de transporte.

É uma coisa tão simples, mas às vezes a gente lida com mulheres que não tem condições de voltar amanhã porque não tem condições de se locomover e não tem nenhum serviço integrado a isso junto da polícia. Então, senhoras e senhores, a Delegacia 24 Horas por si só não vai dar efetividade a Lei Maria da Penha, vai melhorar um dos aspectos de atendimento, e melhorar vírgula, sabe por quê? Porque hoje nós temos no Judiciário mais de quatro mil processos de violência doméstica, mais de quatro mil processos, nós fizemos uma audiência e nós programamos um mutirão em inquérito de 2013 e 2014, de 2014 se o menor tiver menoridade relativa já prescreveu, viu delegada, por isso que na audiência nós insistimos para que todos os inquéritos de 2013 e 2014 fossem relatados este ano, porque a maioria dos crimes praticados no âmbito da violência doméstica prescreve em 03 anos, antes ou depois da sentença, e se o réu tiver menos de 21 anos prescreve em um ano e meio porque reduz pela metade. Então existe uma coisa na política da Infância e da Juventude para o enfrentamento a delinquência juvenil, me permitem assim dizer, que é extremamente importante, isso foi estudado e reestudado e criou-se uma metodologia de atendimento integrado e em tempo real, essa é a metodologia prevista nas políticas públicas do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 que é fruto de muita luta, de muita demanda social, porque o adolescente infrator precisa ser cuidado no momento em que ele pratica o ato infracional e assim que é com a violência doméstica também.

Se nós continuarmos dando uma resposta três, quatro anos depois da prática do ato de violência doméstica não tem efetividade e a responsabilidade disso não está só na polícia, envolve todo o sistema. Não adianta eu ir atrás de pedir medida protetiva, pedir prisão preventiva, acionar todo o Judiciário e a vítima só receber a equipe de apoio psicossocial dois, três, quatro meses depois e olhe lá. Então, se me permitem deixar uma proposta, eu acho que a proposta não gira em torno do funcionamento 24 horas da DEAM, eu acho que a Vereadora fez uma proposta intermediária que é extremamente interessante que é do funcionamento pelo menos de dois turnos, e por vim da Infância, eu também não poderia deixar de destacar isso porque o atendimento da criança vítima, o atendimento do adolescente infrator e o atendimento do idoso são prioridades legais, e um questionamento que eu deixo para o Estado, o Estado tem condições de oferecer atendimento 24 horas a todas as prioridades legais? Só que quem está acompanhando o adolescente infrator é uma mulher, porque geralmente o pai é omissor, quem está acompanhando a criança vítima na delegacia em todos os serviços é uma mulher porque geralmente quem fica junto com o filho nesses momentos, não estou generalizando, mas é a realidade brasileira, ainda hoje os homens acreditam que eles ajudam nas tarefas com as crianças e nas tarefas do lar, não se tem ainda uma cultura de divisão de responsabilidade, então a mulher em todas essas situações ela é tão vitimada quanto uma situação de violência física, sem querer tirar o destaque que tem que ser dado obviamente à violência física, psicológica que é feita diretamente à mulher, mas eu acho que todas essas questões precisam ser consideradas. Porque às vezes a gente precisa brigar pela Casa da Mulher Brasileira e brigar por um protocolo local de atendimento que contemple o atendimento de vulnerabilidade de alguma forma, talvez de forma integrada ou não no mesmo lugar, ou se a DEAM for abrir o dia inteiro, 24 horas que contemple também o atendimento dessas mulheres que não estão numa situação direta como vítimas, mas que estão sendo vítimas tanto quanto porque quando você obriga uma mãe de um adolescente a passar a noite na central de flagrantes e ela tendo que trabalhar no dia seguinte para sustentar outros tantos filhos eu acho que é uma violência também muito séria a ser considerada. E outra coisa, nós estamos falando de uma vítima que já chegou ao sistema repressivo, só que o primeiro atendimento da mulher quem faz é a Polícia Militar, essa já é uma demanda antiga, a gente não tem patrulha Maria da Penha, nós não temos capacitação específica para o atendimento da violência doméstica, e ainda hoje nós ouvimos, nós temos policiais militares de atitudes exemplar no atendimento da violência doméstica, às vezes a gente até se emociona com o envolvimento de alguns, mas infelizmente nós temos também vários policiais militares que são réus também da violência doméstica, e o relato que nós temos às vezes do policial militar testemunha é assim 'eu atendi uma ocorrência de briga de marido e mulher', ou seja, não se tem nem a compreensão que naquela situação a mulher é efetivamente vítima de uma situação de violência. Se nós temos uma sociedade que é extremamente machista, o machismo está em todos os lugares porque a escola, o Estado, a polícia, tudo isso é a nossa sociedade e não tem como dizer que a pessoa quando entra para a corporação deixou o machismo

de fora. Então são inúmeros desafios e eu acho que para mim até a capacitação urgente e a criação da patrulha Maria da Penha tem muito mais prioridade do que o funcionamento 24 horas da DEAM, eu acho que isso acolheria mais a vítima. E registro aos senhores que o projeto da Casa da Mulher Brasileira já está em pleno funcionamento em algumas unidades federativas do Brasil, Campo Grande, Distrito Federal, algumas por inaugurar, e Rondônia nem começou ainda o projeto que o governo federal, ele já tem o projeto e ele banca o projeto e tem um sistema todo de cogerenciamento, Rondônia tem dinheiro já reservado para a Casa da Mulher Brasileira e aqui nós não estamos seguindo adiante porque nós não temos um terreno, um imóvel que atenda as adequações do projeto do governo federal, a gente tem dificuldade na destinação de área.

Nós já fizemos algumas movimentações com o Estado e município, isso já vem de algum tempo, até antes de eu chegar à promotoria, eu cheguei em setembro, mas os locais até então reservados não atendem as especificações do projeto do Governo Federal. Então eu conclamo os parlamentares e a iniciativa, os movimentos sociais que eu acho que essa é uma demanda de urgência. Nós temos terrenos privilegiadíssimos, eu acho que a Casa da Mulher Brasileira tem que ser prioridade.

É isso. Obrigada.

(Às 10 horas e 21 minutos, o Sr. Jesuíno Boabaid passou a Presidência ao Sr. Lazinho da Fetagro).

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Obrigado doutora. Quando na abertura eu disse a discussão e as proposições tem que partir da ideia do curto, médio e longo prazo é justamente porque a ação é muito mais ampla do que você discutir um ponto específico, não é. Passar agora para o Dr. Reis. Antes agradecer a presença do Dr. Guilherme, seja bem-vindo para contribuir conosco, Defensor Público responsável pelo Núcleo Maria da Penha aqui no nosso Estado.

Se quiser ocupar a tribuna ou se quiser daí mesmo fique a vontade.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DOS REIS - Bom dia a todos.

Cumprimentar o Deputado Lazinho, agradecer O Deputado Jesuíno pela iniciativa de trazer o tema para ser discutido aqui hoje; cumprimentar a Dra. Tânia, a Dra. Juraci, a Sra. Elda, a Vereadora Ana Negreiros, a Iara, a Delegada Márcia, o Deputado Neidson, demais presentes. Bem, o tema realmente é preocupante, a gente tem tanta coisa para falar sobre isso, principalmente diante de uma sociedade violenta e machista que nós temos, não é com polícia somente como bem disse a Dra. Tânia que a gente acaba com a sensação de impunidade e com essa violência, infelizmente. Eu acho que definitivamente, e aí eu tenho que concordar com ela também apesar da Secretaria de segurança Pública vir na medida do possível fazendo os estudos para uma implementação futura de uma Delegacia 24 Horas ou de uma nova delegacia na Zona Leste a gente percebe que somente com esse trabalho as coisas não vão ter efetividade. Eu acho que há um grande populismo legislativo nesse país em que os legisladores acabam achando que somente criando uma lei vai se resolver o problema, não.

Nós temos problemas preventivos sérios para serem feitos e não se faz, problema sério de conscientização que não

se dá. A população simplesmente vira as costas e não olha a realidade de cada um, só olha quando bate a sua porta, e há uma herança muito ruim para segurança pública nesse sentido porque acaba que todo mundo acha que o problema está na falta de polícia, na falta do atendimento. Graças a Deus, eu tive uma oportunidade de uma vez ir à Inglaterra e fiquei hospedado numa família e a filha desse casal foi violentada, quem foi para o local da ocorrência? Assistente social, psicólogo, a polícia, de imediato já foram para lá, ligaram para a casa desse casal comunicando a situação e a própria filha falou 'não, pai, o senhor não precisa vir aqui, já está tudo bem, estou sendo levada para um determinado local que eles vão me deixar com as crianças, já estão providenciando a questão de um apoio financeiro para mim aqui, já estão me informando, caso eu sinta necessidade de um apoio financeiro' por causa de tudo que muda a partir daquele momento nesse relacionamento, vamos dizer assim. Então a gente percebe que nós estamos muito atrasados e continuamos atrasados nas ideias, e aí eu já quero deixar desde já aberta a possibilidade do nosso gabinete de gestão integrada fazer essa reunião, Dra. Tânia, para a gente envolver outras secretarias nesse assunto, é óbvio que talvez seja só o início, mas para avançar tem que dar o primeiro passo, eu já quero aqui colocar gabinete a sua disposição. Como estava falando aqui também com o Deputado Lazinho com relação à capacitação, tem um indicativo aqui da Assembleia neste sentido para capacitarmos os policiais, ver a possibilidade dessa patrulha. Eu quero deixar claro para todos vocês que em momento algum a Segurança Pública deixou de se preocupar, temos sérios problemas orçamentários, eu sei que isso daqui parece sei lá repetitivo, mas é a nossa realidade, nós temos várias demandas, temos algumas que são prioritárias e essa também é uma prioridade, tanto é assim que hoje ela faz parte de um planejamento até 2018, já existe esse nosso plano de ação e dentro desse plano de ação no mínimo ter uma nova delegacia na cidade para que ela pelo menos possa, por exemplo: a daqui da 7 ficar no período da manhã e essa outra delegacia ficar no período da tarde funcionando na Zona Leste que é a região onde se tem o maior índice de violência, pelo menos foram os dados que chegaram até mim, passados pela Polícia Civil. Então, deixar muito bem claro e patente de que não estamos inertes diante dessa situação, temos trabalhado, conversado com a equipe econômica no sentido de demonstrar a necessidade de contratação de mais efetivo, sabemos que vamos esbarrar em vários problemas, mas não é pela falta de vontade, pela falta de intenção e de planejamento, repito, há um planejamento nesse sentido, se não dá para fazer imediatamente a 24 horas que a gente consiga quem sabe no próximo ano com a entrega da UNISP da Zona Leste desocupar o 8º DP e consequentemente montar uma delegacia para aquela região.

Então eu quero deixar claro para todos vocês que numa audiência como esta se apresentam, tudo aquilo que for deliberado será analisado. Quero dizer aqui que a Dra. Tânia é uma lutadora dentro desse tema, já participamos de audiência no fórum, sei do trabalho dela, da Dra. Juraci, da Dra. Márcia, as demais eu não conhecia, conheço há pouco tempo a vereadora Ana, também, sei da preocupação delas. E quero deixar aqui claro como eu disse que há um planejamento, sim, para que essa demanda seja atendida, precisamos de tempo,

falar de médio, curto ou longo prazo é outra questão que não depende única e exclusivamente da Secretaria de Segurança Pública. Há um interesse do Governador ele já cobrou isso da gente, então deixar claro que as coisas estão sendo feitas neste sentido. Vou também abrir aqui também uma possibilidade junto a Polícia Militar e a Polícia Civil que iniciam, estão iniciando a formação de Policiais, quem sabe fazer palestras com esses alunos, isso é uma forma de a gente conscientizar a todos, não só o Policial que vai lá fazer o atendimento, há uma necessidade deste aperfeiçoamento. Mas também que a gente possa também dentro dessa perspectiva de união de esforços que a gente faça um trabalho preventivo maior, que até isso eu vejo que não tem surtido um efeito necessário. Bem, eu fiz questão de ficar mais um tempo aqui, quando eu falei que precisava me ausentar é porque eu tenho outras coisas a atender, mas quero dizer aqui que existe uma equipe por trás da secretaria de Segurança Pública e dentro desta Equipe nós temos quatro pessoas aqui. Temos a Doutora Márcia, a Doutora Juraci, temos o Aurélio, temos o Delegado Ugalde que estão aqui para ouvi-los, mesmo que às vezes não haja uma participação deles na fala, mas a presença deles aqui é exatamente para que eles anatem as demandas e dentro daquilo que for possível nós vamos tentar executar. Repito: a Secretaria de Segurança está à disposição, já abro como eu falei o espaço do GGI para que a gente dê mais esse passo para levar para lá a SEAS, a Casa Civil, a Secretaria de Educação, a Secretaria de Saúde, todos esses órgãos e o município também, o município também tem papel fundamental nessa discussão para gente poder avançar.

Mais uma vez Deputado Jesuíno quero agradecer pela sua iniciativa, e conte conosco todas as vezes que for necessário para a gente poder debater e trazer algumas informações para todo mundo.

(Às 10 horas 31 minutos o senhor Lazinho da Fetagro passa a Presidência ao senhor Jesuíno Boabaid)

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Secretário, eu deixei aqui o senhor atentamente, ouvi a proposta efetiva da Secretaria SESDEC, até porque eu quero deixar bem claro, eu fui bem tranquilo, sou bem, o meu posicionamento aqui, falando-se de duas Questões de Ordem que eu entendi. Vai encaminhar um estudo para analisar o estudo? Como é que é, porque a Lei nº 11.340 ela não foi feita de forma amigável, para quem não tem conhecimento foi uma senhora que foi na Corte Interamericana de Direitos Humanos e o Estado brasileiro teve que sofrer 'olha, uma ameaça, se não fizer vai sofrer uma punição'. E Rondônia hoje está descobrindo a Lei nº 11.340 de morte. Primeiro, a membro do Ministério Público ela trouxe uma situação que deve ser estudado e analisado, e o problema que eu pude ouvir foi a questão de terreno, e os municípios aqui podem através da Vereadora buscar o senhor Mauro Nazif, Prefeito, disponibilizar uma área e a União vem com todo recurso. Mas a gente, essa Audiência para mim e causa até uma surpresa, ela foi bem divulgada, ela está bem realmente divulgada, e eu esperava, aqui, uma situação efetiva, uma resposta: não, a gente tem que manter a Delegacia. Até porque a Comissão de Segurança Pública e a Assembleia Legislativa no Estado de Rondônia dentro do seu bojo no artigo 18, da Constituição Federal inciso 18, artigo 29 da Constituição Estadual e do próprio Regimento

Interno, ele dispõe 'que compete a Assembleia Legislativa através das suas Comissões Pertinentes também fiscalizar execuções'. Então o Estado de Rondônia, o Governo está descumprindo essa Lei e poderá também sofrer sanções. E aí através do que a gente pode iniciar um apuratório encaminhar para o Ministério Público aliciar quem sabe uma improbidade administrativa, um crime de responsabilidade, e não é isso que nós esperamos. O que nós esperamos aqui é resposta por parte da Secretaria, eu entendo a sua situação que o senhor está na condição de Secretário, mas temos que sair com uma resposta. Eu esperava uma resposta plausível. Existe o Concurso aberto, existe um Concurso em aberto, eu vi, tenho toda documentação, tenho um processo aberto, está no meu gabinete, já o encaminhei inclusive para a relatoria o Deputado Doutor Neidson que faz parte também da Comissão de Segurança Pública, e lá foi feita toda exposição de motivos para manter a questão de um Delegado. Aí não pode hoje, eu não posso hoje e, aí, ficou uma situação muito evasiva. Eu acho que a Audiência Pública perde até a eficácia, as mulheres vão ficar falando aqui, o senhor vai embora, vai ouvir as demandas, cadê a efetivação? A gente tem que tem que sair com uma resposta: não vamos colocar que existe uma Delegacia aberta, tem uma Delegacia, tem que ter recurso. O Governo quando quer faz. Esse negócio de orçamento para mim, nós estamos com a LOA ali, eu estou estudando a LOA também, porque aqui a gente vai ter que se especializar em Direito, todo tipo de Direito, a gente tem que conhecer de tudo um pouco. Mas agora nós ficamos essa manhã aqui, eu sei do seu compromisso, sair sem ter uma decisão realmente plausível. É isso que eu queria ouvir.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DOS REIS – Talvez pelo fato de o senhor ter dado uma saidinha não tenha ouvido. Existe um planejamento de ação até 2018 e nesse planejamento se inclui no mínimo, no mínimo a abertura de uma Delegacia na Zona Leste. Eu não posso me comprometer que dentro de um ano, dois anos agora eu vou ter uma Delegacia 24 Horas, eu não tenho como garantir isso aqui para ninguém. E já como falei no início da minha fala, existem algumas questões que precisam de discussão, eu preciso que uma equipe econômica do Estado possa atender essa nossa demanda, então eu não tenho como falar para o senhor se isso vai ocorrer amanhã daqui a um mês. O que eu posso garantir é que com a entrega da UNISP isso está dentro de um planejamento da Zona Leste.

Nós vamos desativar o 08º DP e vamos instalar uma Delegacia da Mulher na Zona Leste para dar o apoio nesse horário que talvez hoje não tenham o atendimento. Que seria o horário no período da tarde. Então tudo isso está sendo preparado e não ficou só no estudo não Deputado, eu quero dizer bem claro para o senhor que isso aí é uma realidade, nós estamos trabalhando para que haja efetividade, não tenha a menor dúvida quanto a isso. Bem, infelizmente eu já tinha dito, não estou aqui para esconder nada de ninguém, muito pelo contrário, e me coloco mais uma vez, não só a Secretaria como as demais instituições para abrir outros caminhos para esse problema tão grande que é a violência contra a Mulher.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Eu ouvi essa sua fala quando o senhor falou sobre isso. Então a Secretaria de

Segurança Pública vai a resposta é essa 'até 2018 vai planejar a efetivação do cumprimento da Lei nº 11.340, parte dela, que é a delegacia 24 horas', porque, eu vou elencar são várias situações que devem ser cumpridas e não estão se cumprindo.

Então o Estado de Rondônia vai continuar descumprindo a situação da Lei. É essa situação? Eu queria só ouvir isso porque aí a reunião era para isso também, para eu ter uma palavra, a palavra do Estado de Rondônia aqui, e a sua é importante, porque o senhor é o Secretário de Segurança Pública. Então, eu...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Deputado, só contribuindo aqui. Já existe uma Ação Civil Pública pelo descumprimento da Lei e enfatizando a questão da Delegacia 24 Horas. Quando eu falei que é muito mais complexo eu estou vendo o foco aqui em Porto Velho. Delegacia 24 Horas em Porto Velho, nós temos o Estado de Rondônia, nós temos a região do Estado de Rondônia, Deputado, como a BR 429, que é a região por estatística do Estado mais violenta nesse sentido em relação às Mulheres. Então quando se discute a Lei Maria da Penha, quando se discute a 24 Hora em Porto Velho, abertura de mais uma Delegacia em Porto Velho, eu não quero aqui descaracterizar a Audiência, porque para mim Audiência não é só para discutir Porto Velho, é para discutir o Estado, e em discutindo o Estado é mais do que necessário não só aproveitar a turma, Comandante, lá que está sendo formada para capacitar, eu acho que precisa de ação mais efetiva. Porque lá no fundão do Estado de Rondônia a violência acontece muito mais ainda do que onde tem a Polícia, a presença da Polícia. Lá na Agricultura, lá naqueles fundões de linha e nunca o Estado vai saber, só vai saber quando vier o boletim de ocorrência da morte. Então eu estou vendo que a gente precisa ter uma ação mais concreta. Eu não sei, tem os Fóruns, mas um Grupo de Trabalho para ir pontuando ações e pontuando datas para resolver os problemas. Eu acho que talvez para acompanhar esse Grupo de Trabalho possa, não é juntar um conselho. O gabinete pode com a participação, talvez, com a participação das entidades representativas, porque uma reunião mensal daqui até julho do ano que vem com calendário pautado para a gente ir, por isso que eu disse a curto, médio e longo prazo.

A formação desses Agentes precisa ser imediata, isso aí não dá para esperar. Porque eu entendo essas palestras, essa formação com os Policiais, lá no interior ele vai estar na Delegacia mesmo Comandante, Secretário, na delegacia comum que é atendido, vai ter um atendimento diferente. Hoje não tem um atendimento diferente, então eu acho que alguma atitude precisa ser tomada mais imediata. É essa talvez, essa seja uma proposição que seja mais efetiva para que daqui a cinco, seis meses por calendário, tal data, tal data, tal data.

Claro que a questão financeira do Estado nós entendemos, mas eu acho que com o quadro que tem de profissionais. Você não pode imaginar uma mulher chegando à Delegacia e sendo atendida de madrugada por um homem que tem a cabeça de machão, ele vai ter um resultado positivo, não vai. Então até essa atitude precisa mudar como Vossa Excelência já disse aqui. Então eu acho que com o quadro que tem uma coisa é a Delegacia 24 Horas, as Delegacias no Estado todo sendo instaladas que precisa não é só aqui, é um processo.

A Casa da Mulher Brasileira que já tem recursos e precisa

de um terreno, então vamos ver essa questão do terreno. Só tem duas no Brasil, viu Doutora? Me parece, Brasília e Campo Grande só. Então é para vocês verem que nós não estamos nós estamos no quadro geral do Brasil, nós vamos mudar esse quadro. Então só para concluir, eu queria que tratasse aqui do Estado e queria que tratasse com prioridade, Deputado Jesuino, também a questão do treinamento desses profissionais, geral, eu acho que dá para melhorar o atendimento, melhorar. Nós fizemos uma Indicação aqui está com eu não me lembro qual dia é que foi, dia 20 de outubro que foi feito, foi aprovado naquela semana seguinte justamente porque lá na ponta nunca vão nem saber o que nós estamos discutindo aqui e eu estou falando dos profissionais com essa capacitação é importante.

Eu sei que Vossa Excelência precisa sair, era só para o senhor ouvir e eu quero manter a minha proposta de um grupo de trabalho resumido para ir pegando a Lei Maria da Penha e ir pontuando as ações a curto, médio e longo prazo. O que dá para resolver de imediato resolve. Exatamente, acompanhar o cumprimento.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DOS REIS – Eu vou só para encerrar a minha fala, eu vou abrir esse espaço, vou chegando à Secretaria ainda hoje eu vou ver com o gabinete de Gestão Integrada e se tudo correr bem a partir da próxima semana a gente vai tentar fazer a primeira reunião sobre esse tema.

A SRA. ONETE MACIEL ALVES - Então, eu só queria contribuir um pouquinho, aí, com a Doutora Tânia falou em relação à Casa da Mulher Brasileira. O Estado já dispõe hoje de um terreno para construção da Casa da Mulher Brasileira. Nós pleiteamos junto ao município, infelizmente não conseguimos, não tivemos êxito, mas a União nos disponibilizou um terreno aqui próximo a EMBRAPA, no mês passado quando eu estive em Brasília já estivemos lá conversando com a Ministra e eu acredito que até a próxima semana já estará vindo aqui no nosso Estado a Arquiteta que vai fazer a avaliação do terreno, então assim, não vai precisar nem passar para o Estado, porque na verdade o terreno já é da União então facilita muito mais, e aí o que ficou acertado é que como não conseguimos esse terreno antes do primeiro semestre do ano a Casa ficará, vai estar no orçamento para o 2º semestre de 2016. Mas ela já está, já tem orçamento liberado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Já tem o terreno, já tem o orçamento.

A SRA. ONETE MACIEL ALVES - Já, já temos o terreno, só falta vir à avaliação técnica.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Qual é a Secretaria responsável pela construção?

A SRA. ONETE MACIEL ALVES - Assistência Social, pela construção é diretamente por Brasília, mesmo, mas quem vai acompanhar todo processo é a Secretaria de Estado da Assistência Social.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Vera, vamos ver isso lá, viu Vera?

A SRA. ONETE MACIEL ALVES - E eu gostaria também em dizer ao nosso Secretário que o Conselho está a disposição também para trabalharmos essa capacitação, esse treinamento para os Policiais.

A SRA. TÂNIA GARCIA SANTIAGO - Fazer só dois recortes rapidamente aqui que talvez a gente tenha problema com a localização daqueles terrenos também, por conta da questão da acessibilidade, às vezes a Secretaria não aprova.

A SRA. ONETE MACIEL ALVES - Exatamente. Já foi falado, nós também já tivemos essa preocupação, mas assim como a gente vê, nós temos uma facilidade hoje a cidade está crescendo para aquele lado eu acredito que nós não vamos ter tanta dificuldade. Inclusive lá em Brasília nós colocamos isso também para os Coordenadores do Programa: mulher viver sem violência e eles não encontraram empecilho em relação a isto em relação à locomoção das pessoas, das mulheres para esse atendimento.

A SRA. TÂNIA GARCIA SANTIAGO – Mas eu queria só destacar que eu acho que essa movimentação política com o município não deve cessar, porque eu acho que é uma política de destaque de prioridade que merece uma localização assim melhor e mais próxima de vários outros órgãos. Porque é assim: a Defensoria Pública estará lá, o Ministério Público estará lá, o Judiciário, a Polícia, só que nós todos dependemos de apoio logístico de nossa base. Então não pode ser algo tão distante de todos os outros órgãos. Mas assim só para deixar o destaque se não tiver outro vai esse mesmo, mas eu acho que ainda cabe alguma mobilização para conseguir uma área melhor. E outra coisa Secretário, eu acho que é extremamente importante a gente não perder o foco do local adequado para as coisas acontecerem. Me perdoe pela simplicidade da linguagem, mas é isso. Política Pública da Mulher tem que ser discutida, construída, pensada nos Conselhos Estadual e Municipal. E se nós temos uma Secretaria de Assistência Social cuja gerência é a Onete e Onete e o Conselho cujo Conselho é a Onete mais dois eu acho que a gente já tem uma brecha aí para trabalhar, tanto a Assembleia quanto as Secretarias Estaduais. Porque eu acho que essa construção o GGI é um espaço para a gente ir lá construir protocolos, estratégias, eu acho que é ótima ideia, excelente. Mas a gente precisa do apoio dos senhores e da Assembleia para estruturar o Conselho Estadual, para ele começar a funcionar, para ele começar a exercer o papel que ele precisa exercer.

A SRA. ANA MARIA NEGREIROS - Presidente, só um aparte.

Aqui a Doutora explicou a localidade, eu também concordo sobre a distância. E também nós não poderemos ficar, não é Conselheiras? Ficar sem a Casa da Mulher. Eu queria propor aos Deputados, como o Deputado Lazinho veio conversar comigo, para que a gente possa ter uma reunião com o Prefeito.

Que nós possamos fazer uma reunião com o Prefeito juntamente com o Ministério Público em nome da Doutora, para que nós tenhamos aí uma conversa e vermos, finalizar se tem condições de ser feito aqui na cidade uma localidade melhor que nós colocamos aqui por perto. Se não, nós não poderemos ficar sem a Casa da Mulher, nós poderemos colocar lá perto da

Embrapa. Então eu me coloco a disposição de nós, Doutora, marcarmos uma Comissão, irmos com o Prefeito, juntamente com o seu Secretariado, chamar também os deputados e irmos em cima para que a gente não possa perder essa grande estrutura que é para nós Mulheres aqui no nosso Município de Porto Velho. E também o Secretário até já saiu, para que, Presidente, o Secretário de Segurança, nós sabemos da grande burocracia de nós termos uma Delegacia 24 Horas da Mulher no nosso Estado e em todo Brasil. Infelizmente em todo o Brasil só em três Estados se tem a Delegacia 24 horas das Mulheres. Eu coloquei, dei uma posição para que no momento seja realizado o período da manhã e da tarde, conversando aqui com a Doutora que entende muito, falou aqui, em tudo o que ela falou em poucas palavras falou tudo, que na Casa da Mulher é obrigado a ter a Delegacia 24 Horas, enquanto isso nós teremos o Concurso ano que vem para que atenda pelo período da manhã e período da tarde e que tenham condições de atender. Como eu estive na Delegacia 24 Horas conversando com a Doutora Janaína, elas precisam ter estrutura para que se atenda. E eu acredito, a Secretaria de Segurança juntamente com a Polícia Militar, a Polícia Civil, dando estrutura nos dois períodos, eu tenho certeza que muita coisa será resolvida no nosso Estado de Rondônia.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Chamar o Doutor, por favor, para substituir aqui o nosso Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAI D (Presidente)- Na verdade eu estou abrindo esse precedente aqui, mas as falas aqui estão todas aqui; todo mundo vai falar ainda.

A SRA. MARA VALVERDE – Eu gostaria de reforçar a importância da abertura que o Secretário colocou de ter esse Grupo de Trabalho, porque há 30 anos nós falamos a Delegacia da Mulher é uma das portas que pode trabalhar essa questão da prevenção para que as mulheres não morram mais. A Delegacia 24 Horas é uma coisa já superada no Brasil, no mundo já existe. Em Rondônia que nós estamos tentando que isso de fato, essa Política tenha, então isso aí, quando a gente tiver nós não estamos avançando não, isso é uma coisa que nós precisamos para ontem, para hoje, mas nós não temos.

Então nós queremos nessa Audiência Deputados, a gente agradece a forma, o olhar que Vossas Excelências têm às Delegadas, as Promotoras que tem até uma ação civil pública há anos aí na Justiça para que realmente seja de fato implantada a Delegacia, então quer dizer a gente já está passando da hora. E a Casa da Mulher Brasileira é um avanço em nível de Brasil para que nós também tenhamos esses outros serviços, para justamente trabalhar a previsão que tanto a gente falou com os Policiais, com as próprias pessoas, com a própria população, com as vítimas para realmente não voltar.

E, aí eu queria contribuir porque eu fiquei assim preocupada na questão da gente estar colocando que é importante a gente ter a Delegacia da Mulher 24 Horas, sim.

Ela é fundamental. E ela tem os profissionais para isso, se a gente souber trabalhar isso. E aí os gestores, os gestores não somos nós? E aí isso acontece. Mas a Casa da Mulher Brasileira, promotora Tânia, a gente sabe a luta nas reuniões da Frente da Rede de Enfrentamento para falar com o Prefeito

e, eu acredito que esse espaço que a União cedeu, essa política pública eles vão fazer, porque quando vai o serviço, quando o órgão vai estar naquele local, os atendimentos, a estrutura a infraestrutura acontece. Então eu acho que isso aí é outro passo que esse grupo, e a sua fala foi muito feliz, na questão de reforçar os Conselhos, eu acho que o Conselho, o Grupo de Trabalho parte pelos Conselhos, os dois Conselhos estão aqui, da Mulher Municipal e Estadual, para poder trabalhar. E nós queremos, sim, meter a colher, nós não queremos cargos, não, e nem empregos, que nós já temos. Nós queremos é que o nosso município, o nosso Estado não tenha mais essas, não sejam mais omissos e não pague, e não tenha mais manchete de Jornal. É por isso que nós estamos aqui.

Obrigada.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) - Seguindo aqui a palavra, até porque eu quero pedir desculpas. O Secretário saiu, mas antes de sair ele fez um compromisso conosco, já de propor uma reunião com o GGI, para votar e convidar as pessoas que foram relacionadas aqui, a própria Assembleia participar. Mas como eu digo essa reunião nós temos que discutir já a efetivação no mínimo, que o mínimo é o que já é e não se está ganhando nada, como bem você, a Mara frisou bem aqui: ah! Meu Deus 24 Horas. Isso deveria já estar sendo efetivado.

Outra coisa falou-se em concurso público, o concurso público está em aberto, ainda não se iniciou a Academia de Delegado, de Agentes. Então o certame está aberto, nós temos que realmente é buscar a convocação dessas pessoas que estão já aprovadas no certame para dar mais celeridade, assim como existem outros concursos. E a questão do terreno, tem um terreno ali onde fica da Prefeitura, ao lado da Maternidade.

A SRA. ONETE MACIEL ALVES – Nós já pleiteamos aquele terreno e a Prefeitura não cedeu, então assim, foi à primeira opção, a primeira opção era aquela até por ser próxima da Maternidade e próximo ao Espaço Mulher, então ficaria um espaço em evidência, realmente, para o atendimento a mulher, mas infelizmente a Prefeitura não cedeu.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) - Então é falta de política do Prefeito, porque ali daria para estruturar o próprio Espaço da Mulher ali. Tem espaço suficiente, o Governo Federal viria. Isso aí então nós temos que chamar o Prefeito.

A SRA. TÂNIA GARCIA SANTIAGO – É lá que nós queremos Deputado.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) - É, tem que ser lá. Tem que ser lá. Então nós temos buscar o Prefeito, mas com certeza ele vai aceitar, é reeleição, aí ele vai aceitar é tudo.

Nós temos agora é que chamá-lo na lide agora, para se todas as vezes que tem política o gestor fala tudo, promete até a vida dele. Mas convocar o Prefeito para essas demandas. Alguém da Prefeitura está aqui? Coordenadoras? Não, mas elas são efetivadas da Prefeitura ou podem falar no nome do Prefeito? Alguém aqui pode falar aqui em nome do Prefeito? Rapaz veja a falta de interesse por falta desse Prefeito, é muita falta de interesse deste gestor. Sinceramente. Verdade. Mas é verdade, está todo mundo aqui até o Ministério Público está

todo mundo aqui, o Estado, e não, mas ela não pode falar, eu queria ouvir a fala dela. Ela vai falar. Eu perguntei se poderia falar em nome do Prefeito porque se o Prefeito se tiver aqui acordo. Agora vocês podem firmar um acordo aqui? Não pode.

Então é isso que eu iria falar, tem que ter um representante do Prefeito, que neste exato momento, que a Prefeitura o município e Porto velho também ele será que não tem a Delegacia não é aqui em Porto Velho?

A SRA. ONETE MACIEL ALVES - Até porque Deputado, a Casa vai ser gerenciada no futuro pelo Estado e Município, os dois vão trabalhar juntos na Casa. Então assim, tem que ter a participação do Município nesse momento.

A SRA. SINARA MARQUES DE PAULA – Bom dia. Em nome do Prefeito eu não posso falar vou falar pelo que eu conheço e pelo conhecimento. Já foi passado sete terrenos e nenhum dos sete foram aprovados, entendeu? A SPM esteve aqui, ela verificou e não foi passado. Então a Onete veio e falou que já estava com esse. Então esse pensamento de juntar uma Equipe, uma Comissão e ir lá conversar com ele pessoalmente é muito bom, que até eu irei fazer parte dessa Comissão, porque até então o que eu sei é que foi passado sete e não foram aprovados nenhum dos sete.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) - Sete terrenos no âmbito aqui do..

A SRA. SINARA MARQUES DE PAULA – Isso, isso. Lá na Zona Leste tem três terrenos do Estado e o Estado também não os liberou conforme foi passado pela SPM para a gente.

Entendeu? Então assim, não é só o município que não está passando o terreno, o Estado também negou uns dois que era muito bom para ser a Casa da Mulher Brasileira. Então assim, eu acho que está havendo aí uns maus ditos que não.

Então se essa Comissão se formar aí, tirar as dúvidas diretamente com o Prefeito é muito bom.

A SRA. VANUZA MACHADO – Deputado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Eu vou arrumar briga com vocês agora. Vou arrumar briga com vocês agora, eu vou arrumar briga com vocês. Porque comigo as coisas vão por bem até hora que dá, quando não dá vai na marra. Bota essa mulherada dentro da Prefeitura, enquanto não sair de lá com um terreno não sai de lá. Ah, porque, ou então bota junto com o governador porque não é possível um investimento desse Federal com recurso na conta com orçamento parado. Então eu estou eu vou até falar com a dona Isabel a dona Isabel sabe fazer isso junto com vocês, porque não pode, nós não podemos dar moleza. Precisa do terreno. Doutor é ou não é? Não dá para você admitir que nós estejamos parados há mais de um ano com uma ação dessas aqui no Estado que emperrou por causa de um terreno aqui um terreno ali e com tanta área aqui dentro, ou seja, estão protelando, o que estão fazendo é protelando para não começar nada e não dar sustentação depois estão pensando no custo depois da manutenção da casa, é isso que estão pensando. Então eu quero aqui instigar, vamos fazer. Vamos ver o que sai lá da Prefeitura, se não sair vamos

para o governo do Estado, vamos para o Governador. Além desse Grupo, porque também o grupo de Trabalho não pode ser 200 pessoas, Secretário não dá para ser, tem que se um grupo enxuto para poder pontuar, mas eu acho que essa ação, como a Vereadora está aqui vamos tentar agendar essa reunião o mais urgente com o Prefeito. Vamos conversar com o Deputado Cleiton Roque que é daqui é da parte do Orçamento para a gente tentar agilizar esse processo aí.

O SR. DOUTOR NEIDSON – Presidente só uma colocação, acredito que esta Casa de Leis também tem como contribuir ainda muito mais sobre esse tema.

Nós temos, eu estive conversando com uma Deputada Estadual lá de Roraima, Leni Rodrigues, inclusive, ela era Procuradora Estadual e ela nos disse que lá em Roraima funciona o CHAME pela Assembleia Legislativa que é o Centro Humanizado de Atendimento a Mulher, no qual é composta por uma equipe multidisciplinar, assistente social, psicóloga, polícia militar dentro da Assembleia, um representante, advogados, a gente pode até colocar mais aqui que nós já temos aqui na Assembleia no Centro Médico o psiquiatra, porque o, e implantar aqui esse CHAME aqui em Rondônia também através desta Casa de leis para que até possamos dar um melhor atendimento porque não existe só a violência física na mulher, existe a violência sexual a violência moral, psicológica, patrimonial.

Então, isso aí tudo isso vai ter assistência desta Casa de Leis, podemos conversar com o Presidente e todos os Deputados e colocar até em votação na Comissão de Segurança Pública para que possamos implantar, devemos ir lá conhecer, fazemos uma Comissão e vamos algumas pessoas lá para conhecer o funcionamento e implantar o CHAME aqui em Rondônia também pela Assembleia Legislativa e depois distribuir para outros municípios, fica essa contribuição.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – A contribuição é pertinente. Lembrando que novamente a gente vai fazer, tomar, chamar a responsabilidade do Executivo, infelizmente o governo seja municipal ou estadual está constantemente deixando, ficando inerte e a Assembleia Legislativa hoje com uma cara nova, vocês podem vê as posturas que aqui tem o Deputado Dr. Neidson, o Deputado Lazinho, o Deputado Jesuíno é diferente e se for para fazer a gente vai fazer Deputado, com certeza o Presidente Maurão não vai jamais falar não, até porque ele entende.

O SR. DR. NEIDSON – E acredito que não vai incrementar em muitos gastos nesta Casa de Leis porque nós já temos todos os profissionais aqui no Centro Médico desta Casa.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Passo a palavra para a Vereadora, que ela tem algo a acrescentar.

A SRA. ANA MARIA NEGREIROS – Deputado, sobre o terreno da nossa Casa da Mulher, eu como Vereadora, como vocês também são Deputados, estão tratando para reivindicar e cobrar do Executivo Estadual eu também tenho a minha função de cobrar e reivindicar o Executivo Municipal. Acabei de ligar para a Marta, chefe de gabinete do Prefeito pedindo que urgentemente se marque uma reunião com o Prefeito, com o Secretário de Planejamento Elarrat onde a doutora aqui representando o Ministério Público disse que já tem uma primeira conversa falando sobre um terreno que é ali no

Conjunto Santo Antônio e o jeito que a Vanusa passou, a chefe de gabinete passou que foram falados outros terrenos. Então eu me coloco a disposição para que no mais tardar esta semana para a semana que vem nós conversarmos com o Prefeito juntamente com os Secretários da Regularização Fundiária do Município e do Planejamento e com a Comissão das Mulheres representando o Estado de Rondônia, o nosso Município de Porto velho para que nós possamos sair dali com a solução para que se resolva o terreno da Casa da Mulher, me coloco a disposição de todas.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Obrigado, vou passar agora a palavra para a Giovana Barros.

A SRA. GIOVANA BARROS – Bom dia a todos e a todas! Quase já é boa tarde. Mas em nome do Deputado Jesuíno eu cumprimento todos os homens e em nome da Mara todas as mulheres presentes.

Primeiramente eu quero agradecer a grande iniciativa desta Audiência, porque toda Audiência para tratar dessa questão é muito importante para nós, às mulheres de Rondônia. Eu estou na Secretaria de Mulheres do Sindicato, do Sindicato dos Urbanitários de Rondônia e também na Secretaria Nacional das Mulheres Urbanitárias. E essa luta eu quero dizer para vocês que muitas mulheres estão aqui já conhecem que há mais de 20 anos que a gente reivindica, o Deputado Lazinho também está de parabéns Deputado, viu deputado. E há mais de 20 anos que a gente reivindica essa Delegacia 24 horas.

Quantos Governos já passaram e não fizeram nada.

Quantas falas lindas, maravilhosas vieram aqui falar e nunca fizeram nada. Tem os Deputados que tem iniciativa de fazer Audiência de debater com os Governos e com as autoridades competentes do nosso Estado que vem, prometem estudos, relatórios e até agora nada. Então eu pergunto para vocês até quando a gente vai ter que esperar? Até quando? Até quando? Porque a gente sabe que esse Governo vai acabar, vai vir outro e a luta continua e as mulheres enquanto isso estão morrendo sendo assassinadas e só sendo notícias em jornais e Audiências para sites de Porto Velho e tudo mais que discrimina a mulher e o preconceito da mídia também que distorce e faz com que a mulher possa ser até a que mereceu morrer, porque muitas vezes acontece isso na nossa mídia de Porto Velho, infelizmente, a gente tem que falar isso.

E também, eu quero dizer que não temos Políticas Públicas para as Mulheres do Estado de Rondônia. Não temos. Eu não sou candidata a nada, não tenho pretensão política nenhuma, mas sou ativista do Movimento Social que reivindica e que onde estiver falando sobre Violência Contra a Mulher, implantação das Delegacias em todos os Municípios também possível, em Porto Velho, principalmente, onde a demanda é muito grande eu vou está lá reivindicando.

E também eu queria dizer para vocês que nós queremos Delegada a Delegacia 24 horas, se tem terreno eu não sei. Mas que não é compromisso do Governo. Não é. Não é compromisso do Prefeito. Não é. Eu queria que ele estivesse aqui para escutar porque eu não tenho o rabo preso com ninguém também. Então eu estou aqui representando muitas mulheres que não podem vir aqui falar que estão lá morrendo, lá no município, lá na ponta, lá dentro das suas casas e ficam inibidas para ter que denunciar porque infelizmente, desculpa eu dizer, mas tem muitos profissionais da Segurança Pública que diz: “não denuncie não, vá para casa que isso aí não vai

dar em nada; vá pedir desculpas ao seu marido amanhã você já perdoou e retira essa ocorrência". Não. O que é que a gente quer? Nós não queremos que as mulheres se separem dos maridos. O que a gente quer? Nós queremos sim que as mulheres se reconciliem com os seus maridos e que os maridos tomem vergonha na cara e não bata nas mulheres é isso que nós queremos, e também, infelizmente, a gente tem que dizer que o nosso Estado não tem Políticas Públicas Afirmativas Permanentes para as Mulheres, não tem. Não tem. Infelizmente, nós temos grandes companheiras na frente dos Conselhos que não ganham nada para estarem lá, que tem que se desdobrarem para fazer uma coisa ou outra, mas o Governo não dá condição, o Governo não dá condição. Quantas vezes nós já viemos Mara, Vera e as mulheres que estão aí aqui falar sobre isso? Se tiver gravado vão vê, vão fazer retrospectiva de várias cartas que nós já entregamos até nas Conferências de Mulheres Estadual, Municipal e Nacional sobre a questão da violência contra a mulher no Estado de Rondônia e sobre a Delegacia da Mulher no Estado de Rondônia e nada. Para onde é que foi esse dinheiro que vem? O gato comeu? É isso que a gente quer quantos recursos já voltou porque não tem gente competente para fazer os Projetos? Quantos recursos não já voltaram? É bom que as pessoas que estão aqui não venham com discurso bonito, mas sim que venha com uma solução, entendeu? É isso.

E mais uma vez é brilhante a ideia, dois Deputados que estão aqui. Se não me engano, o Deputado Lazinho e o Deputado Jesuíno que está aqui, mais o companheiro Deputado ali, olha, graças a Deus tem homens maravilhosos aqui lutando e falando da Violência Contra a Mulher. Que bom, que ótimo, porque tem uns que falam, mas bate na mulher quando chega em Casa. Espancam a mulher porque não é só bater fisicamente não, são palavras que machucam e dói profundamente na alma.

Então, eu não deixaria de vir aqui falar e quero dar um convite para vocês. Nós estamos numa frente dos Sindicatos e Movimentos de Mulheres que vai ter a marcha, a marcha das mulheres negras dia 18 em Brasília que tem o tema: Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência e pelo bem viver. São outras que são violentadas que são, se nós sofremos elas sofrem duplamente, triplamente vezes mais e nós temos que apoiar essa luta.

Então gente eu quero agradecer a oportunidade de está aqui falando e dizer para vocês que, vamos à luta, as Delegadas são maravilhosas, desde a Dra. Valquíria que ela conhece todos os nossos problemas, tem outras Delegadas também, elas fazem até onde dá porque aonde não podem a gente vem e fala por elas, que tem vontade de vir aqui arregaçar a boca do balão também, mas infelizmente, por estarem nos cargos às companheiras ficam assim, a gente compreende a posição, a gente compreende tudo o que é falado aqui das companheiras Delegadas.

O Ministério Público está aqui, obrigado ao Ministério Público que está aqui comprometido e comprometidos.

Então, a gente está aqui porque a gente sente na pele, nós somos do Movimento Ativista de Mulheres e a gente sabe.

Quantas vezes eu peguei meu carro e fui lá a Delegacia da Mulher com alguma companheira que está morrendo, e aí a gente chega a Delegacia Central, que nós fomos uma vez lá um monte de homem lá jogado e as mulheres lá se dispendo na frente de outros crimes. Isso não existe, nós temos que batalhar pela Delegacia 24 horas, é isso aí gente. Muito obrigada pelo apoio e pela oportunidade de está aqui falando e expressando a nossa angústia que o nosso Estado de Rondônia tanto precisa. Obrigada.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Eu falo realmente é isso mesmo, muitas mulheres não estão aqui neste exato momento neste Plenário, mas por questões do cargo querem expressar de uma forma diferenciada mais não pode, isso aí a gente entende. A gente vai propor também Deputado Lazinho, à violência contra os homens porque têm muitos homens que são espancados pelas mulheres gente, a gente tem que também falar..., calma, calma, ...

A SRA. ONETE MACIEL ALVES – Tem o Código Penal para isso.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Eu sabia, só para vocês ficarem todas revoltadas.

O SR. DR. NEIDSON – Só lembrando Deputado Jesuíno que hoje pela Lei Maria da Penha não é só a mulher que é vítima de violência que pode denunciar...

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – É não.

O SR. DR. NEIDSON – Qualquer pessoa pode denunciar.

Então se tem um vizinho ali que está vendo a mulher sendo violentada ela pode chegar e denunciar e vai ser aplicada da mesma forma a Lei Maria da Penha.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Agora a Geovana deixou um ponto bem claro, o Secretário saiu daqui por questão de agenda, eu entendo em partes, aí ficou dois Delegados representando o Dr. Júlio e a Dra. Juracy, mas vai terminar esta Audiência, Deputado Lazinho, Deputado Neidson, eu vou insistir através da Comissão de Segurança Pública nós iremos requisitar, eu vou à Delegacia, eu vou agora me empenhar mais ainda quanto à questão dessa Delegacia 24 Horas, até porque eu quero deixar claro, não é só também a Delegacia 24 Horas, vocês mulheres podem acompanhar também, fiscalizar as condições precárias que se encontram às delegacias, não tem nem água para beber, não tem papel, não tem recurso humano, é uma vergonha também, a gente está discutindo isso aqui, mas a coisa está muito maior. A Segurança Pública está sucateada, isso é fato, tem quartel, ontem eu fui ao 5º Batalhão porque está com sete dias que não tem água, água, queimou uma bomba todos os carros estão todos sujos porque não tem um convênio com o Estado, o local lá é ermo, escuro, fácil de adentrar e levar até sabe, fazer de reféns aqueles seguranças ali. Então, hoje a Segurança Pública está uma vergonha mesmo, só que quanto à questão do cumprimento da Lei Maria da Penha a gente não pode deixar, jamais, de deixar ela para lá.

E quando vem para Audiência Pública é esse momento que o povo discute, sempre eu convoco sempre as pessoas que tem interesse de falar que é a Audiência para discutir isso, só que esse negócio de Planejamento vai abrir uma discussão, não me deixou contente não está. Eu vou buscar agora a efetivação dessa Delegacia, que já tem, ela fica ali na 7 de Setembro, ela está lá, Delegacia da Mulher, inclusive, eu vi a Delegada, eu não sei se ela se encontra presente, ela está aqui, mais tem outra também não tem? A Janaina. Então, são duas Delegadas que elas vão poder falar, explicar lá quanto à questão da efetivação da Delegacia 24 Horas. Está também o Defensor Público que ele depois quer fazer uso da palavra, o senhor também quer fazer? Usar a palavra também que pode colaborar.

Então vamos para os debates aqui. Eu posso passar para, a Dra. Tânia falou, o Secretário já falou, o Ruslan, a Juraci então, a Dra. Juraci vou passar a palavra para ela, Dra. Juraci.

A SRA. JURACI HENRIQUE DE AGUIAR – Bom dia a todos.

Bom dia Deputado Jesuíno pela felicidade, feliz lembrança pelo tema e também ao Deputado Lazinho.

Eu gostaria de falar alguma coisa sobre a minha experiência com relação a Polícia Civil e a Delegacia da Mulher.

A Delegacia da Mulher com certeza é uma das prioridades da Polícia Civil, assim como também a Delegacia da Criança e do Adolescente, eu vou além de vocês eu luto pelo plantão tanto da Delegacia da Mulher como da Criança e Adolescente 24 Horas. Eu acho que a reivindicação de vocês é salutar, é importante, e tem que ocorrer, é claro que às vezes em curto prazo ou até médio prazo nós não conseguimos realizar esses feitos que nós tanto queremos.

A Delegacia da Mulher na Zona Leste, gente já vai ser assim uma conquista muito grande que é Projeto meu também o Dr. Júlio Ugalde sabe.

Eu, quando começaram distribuir os prédios para quando se inaugurar as novas UNISP eu perguntei: o que é que vão fazer com o 8º DP? Então o 8º DP vai ficar para nós Polícia Civil então, nós poderíamos fazer a 2ª Delegacia da Mulher lá. Eu sou altamente preocupada com esse tema, preocupada com a mulher, preocupada com a família porque não é só a mulher é a família.

Foi dito aí que nós estamos no 7º lugar no ranking de Violência Contra a Mulher e tem o Estado do Acre e Roraima, então isso aí é uma característica da Região Norte, é um problema cultural da região Norte onde as crianças eu não vou dizer nem adolescente as crianças tem filhos muito cedo, constituem famílias muito cedo e aí quando ainda não estão preparadas até mesmo fisicamente, principalmente, no que diz respeito à parte emocional e também a estrutura familiar. Eu tenho um pensamento que nós não podemos caminhar sem a educação. A educação é primordial para trabalhar este caminho.

Tem alguém da educação aí? Olha só, não temos ninguém da educação. Então o que é que ocorre, é na sala de aula que nós precisamos começar a tratar desse assunto de Violência contra a Mulher, Violência contra a Criança, Violência contra o Adolescente; na sala de aula gente.

A Dra. Tânia disse uma coisa muito importante, a Polícia Civil é um braço é só um braço, a Promotoria é outro braço, o Conselho é outro braço, talvez, a evidência maior de cobrarem da Polícia Civil e do Ministério Público porque a violência física é chocante evidentemente, o que choca primeiro é a violência física, é o problema físico, é a perda da vida. Então a gente entende porque que a recorrência a polícia é a mais rápida, a mais importante e o que vocês mais reivindicam, mas nós não podemos só contar com a polícia, inclusive, esse problema da Delegacia 24 Horas eu concordo, eu acho importantíssimo, só que nós não podemos só tratar da mulher ali na Delegacia resolver o problema jurídico e cadê o abrigo? Cadê as outras soluções que precisamos para aquela família? Eu acho que essa Casa, a Casa da Mulher Brasileira, eu atualmente estou um pouco afastada da Delegacia da Mulher por isso que eu não conhecia ainda essa denominação da Casa da Mulher Brasileira, mas eu acho que a Casa da mulher Brasileira deve ser um local onde a mulher vai ser abrigada, onde vai ter abrigo para os filhos, onde vai ter tratamento, acompanhamento não é isso? Eu imagino que seja isso. Não?

A SRA. ONETE MACIEL ALVES – Ela vai receber o primeiro atendimento.

A SRA. JURACI HENRIQUE DE AGUIAR – Ah! Está entendi.

É tudo junto, todo atendimento. Então, mas é isso mesmo que a mulher precisa é o atendimento total no mesmo local no mesmo momento. Agora gente, isso é tão complexo, esse problema que falaram aí de qualquer vizinho, qualquer pessoa pode denunciar. Pode. Só que às vezes, muitas das vezes não é uma não é duas, são várias vezes a mulher chega lá e fala: “Não. Não ocorre nada disso, eu não quero denunciar, fofoqueira dessa vizinha o fofoqueiro de quem denunciou, eu não quero”. Então é muito difícil é complexa demais a Delegacia sozinha não tem condições de resolver todos esses problemas.

As Delegadas acabam fazendo vários papéis que não são de competência delas, mas por causa do sofrimento da vítima.

Então, longe de a Polícia Civil está se esquivando, de colaborar, de participar, de dar a sua colaboração e de ser interessada nesse trabalho de vocês, muito pelo contrário, e eu digo mais, eu acho que nós temos que também lutar pelas Delegacias da Mulher do Interior porque por enquanto nós só temos nas regionais, Ariquemes, Jaru ainda não tem, é uma regional nova ainda não tem; Ji-Paraná, Cacoal, Rolim de Moura, Vilhena, fora isso nós não temos Delegacia da Mulher, mas só que os maiores problemas nossos vem União Bandeirantes, então esses lugares pequenos, lugares que não tem nem Delegacia, então nós precisamos rever todos esses problemas e conceitos. Porto Velho está deficiente, mas imaginem essas cidadezinhas do interior que não tem ninguém para pedir socorro, que essas mulheres não têm ninguém para pedir socorro.

Então gente, eu estou me colocando à disposição em nome da Polícia Civil, vou participar dessa reunião com vocês lá na SESDEC, vou participar, estou fazendo um compromisso com vocês para isso no que eu puder ajudar.

A SRA. ONETE MACIEL ALVES – A senhora é a Conselheira do Estado?

A SRA. JURACI HENRIQUE DE AGUIAR – Não. Eu sou a Delegada Geral Adjunta da Polícia Civil.

A SRA. ONETE MACIEL ALVES – Eu queria saber quem são os Conselheiros da SESDEC?

A SRA. JURACI HENRIQUE DE AGUIAR – Da SESDEC? Eu vou procurar saber e dizer para a senhora, por quê?

Ah! Ele está dizendo que é a Dra. Márcia, a Dra. Regiane, e quem mais? Só essas duas. Agora deverá ser trocada pela Dra. Janaína, a Dra. Regiane pela Dra. Janaína.

Então gente, vamos avaliar bem todos esses detalhes, vamos com cautela, não estou pedindo de jeito nenhum para vocês tirarem da cabeça essa ideia de plantão 24 horas não, não é isso, eu só estou pedindo cautela, calma e estou pedindo também para que nós nos façamos essa reunião para poder deliberar sobre quando, como nós podemos fazer. A nossa deficiência gente não é de combustível, nós temos; não é de problemas com referência a computador, nada disso, isso nós temos, nosso problema é pessoal, nossa deficiência é de pessoal.

Esse concurso que o Deputado até falou que está em andamento que a Academia vai começar agora dia 26, não

tem condições porque essas vagas já vêm no Edital para onde os Policiais e Delegados vão, nós só podemos contar para a Delegacia da Mulher 24 Horas ou outras que surgirão com um novo concurso, fora isso nós não podemos contar.

Então, vamos nos unir, vamos lutar. Eu como mulher e uma mulher que estou há 26 anos aqui na Polícia Civil, vejo, conheço as dificuldades não só da Polícia como da população como cidadã que sou, não nasci em Rondônia, mas me considero cidadã rondoniense, é aqui que eu vou ficar, é aqui que vou terminar os meus dias. Então vamos nos unir, vamos lutar a curto, médio, longo prazo, mas vamos conseguir isso para as nossas mulheres de Rondônia.

Então, por favor, levem minha preocupação para os bancos escolares, educação começa em casa e na escola, e se nós não trabalharmos esse problema de violência doméstica nas escolas, nós não vamos conseguir evoluir, a evolução vem da educação, educação é tudo, através da educação a gente consegue tudo.

Obrigada.

A SRA. IARA ORTIZ – Deputado, só uma falinha aqui, Deputado Jesuíno, uma pergunta. Se nós tivermos 500 policiais na transposição essas vagas estão abertas para repor esse contingente ou isso não confere?

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Vou explicar para a senhora de uma forma bem sucinta. Foram mais de 1.600 Policiais Militares para o Quadro da União através de Ação Judicial e o Governo diz que o Orçamento é único e não tem condições orçamentárias para repor, infelizmente é essa a resposta, agora tem administrativamente, está tendo várias ações por parte administrativas e processo para o Quadro da União e agora nós iremos cobrar, mas eu sempre digo vocês que estão aí, não tem; tem acesso é um pouco complicada a questão da LOA, do PPA, das questões orçamentárias mesmo que tramitam que faz o Estado realmente movimentar. Então através do Deputado, é por isso que o mandato te traz essas possibilidades em ver e ter condições quando o Governo: “Ó! Atingiu o teto da LRF”.

Foi sexta-feira eu e o Deputado Lazineiro numa reunião aqui proposta, uma Audiência Pública com os Agentes Penitenciários que foram formados e não querem convocar com a situação que tem o acordo que não tem Orçamento, eu e o Deputado Lazineiro, ficamos fazendo os cálculos aqui que atingiu o teto. Em nenhum momento atingiu nada ainda, ainda tem uma gordurinha para queimar, mas autonomia dos Poderes nós não podemos realmente falar: “olha Governo, efetive isso; faça efetivação isso”, nem o Judiciário, infelizmente ele tem autonomia para julgar aonde que ele vai investir, como que ele vai investir. Mas também, como fiscais, como Deputados Estaduais que somos fiscais devemos também buscar soluções: o dinheiro está sendo aplicado dessa forma, está sendo de uma forma irregular, ou seja, está sendo mal investido, esse é o nosso papel.

Eu vou passar a palavra para a doutora, para a Delegada que ela nem ia fazer uso, agora vai fazer uso da palavra.

A SRA. VERA REGINA – Dra. Márcia, só um minutinho, eu só queria complementar a fala da Dra. Juraci, e dizer que o nosso Estado ele tem uma Lei que dispõe sobre o estudo da Lei Maria da Penha nas escolas públicas e particulares aqui do nosso Estado. Em 2013 esta Casa através do Gabinete da Deputada Epifânia fez uma capacitação para 200 profissionais da área

de educação sobre a Lei Maria da Penha aqui no nosso município. Então assim, se o Estado quiser, se a SEDUC quiser já tem essa Lei e agora é só colocar em prática que também ajudaria muito a gente nessa questão do trato e do enfrentamento à Violência Contra a Mulher aí envolvendo todos os setores como a gente já disse aqui.

A SRA. MÁRCIA GAZONI – Bom dia a todos. Responder a Onete, que ela está questionando com respeito ao Conselho.

Eu faço parte do Conselho pela Delegacia da Mulher, e eu queria te pedir se essas reuniões não têm condições de ser à tarde, porque todas as reuniões do Conselho são na parte da manhã. Eu como vocês sabem a demanda da Delegacia da Mulher é muito grande, toda vez que estou fora, você pode ter certeza as vítimas estão lá me aguardando para que eu as atenda. Então, eu passei noventa dias sozinha na delegacia, que foi bem a época de eleição, de vocês tomarem posse, se eu sáísse, não tinha quem ficasse, hoje eu estou com a Dra. Janaina, então, melhorou um pouco, mas mesmo assim para que eu saia da delegacia ou ela, porque a outra, ela saiu da Delegacia que é a segunda do Conselho, a gente deixa o atendimento. Então, o que eu peço, se há possibilidade do Conselho se reunir à tarde, como as reuniões da Rede, eu nunca deixei de ir a nenhuma reunião da Rede, por quê? Porque são à tarde, então a gente vai, mas na parte da manhã. O ano passado, eu já questionei isso e volto a questionar a você, porque não as reuniões do Conselho, não são na parte da tarde? Porque para a gente que trabalha na Delegacia da Mulher, a gente deixa de atender, você pode ter certeza, a gente está deixando as vítimas lá no banco ou às vezes ela, não esperam, vão embora, sempre a gente diz: elas não condições de voltar no outro dia. Então, são nove horas, eu chego à delegacia sete e meia, elas já estão me aguardando, às vezes eu começo o atendimento, eu começo olhar no relógio, estou lá atendendo, dá nove e a reunião já começou, eu vou, eu vou, eu não consigo deixá-las e ir, e eu acabo não comparecendo as reuniões.

É isso, obrigada.

A SRA. ONETE MARCIEL ALVES – Certo Dra. Márcia. Que assim, foi deliberado em reunião do colegiado que as reuniões seriam no período da manhã, até porque nós temos conselheiras que também são do interior e fazem parte do Fórum de Enfrentamento a Violência contra a Mulher, do Campo e da Floresta no qual também estou Presidente. Então, assim, a gente tem que se desdobrar em mil para tentar realmente fazer o trabalho e contemplar as nossas companheiras que vem do interior, então de manhã fica a reunião do Conselho e a tarde, fica do Fórum. Mas assim vou levar a sua proposta para o colegiado para que a gente possa também adequar e atender realmente, porque a gente sabe que a senhora tem essa demanda, mas assim, não é só as conselheiras da SESDEC, que não estão participando, assim como também as da Secretaria de Saúde, também não participam e alguns outros organismos também. As Conselheiras de organização elas vêm como eu lhe falo, vêm lá do interior e elas vem para a reunião do Conselho e do Fórum, enquanto as que estão aqui na Cidade, que são governamentais, elas não comparecem, e aí a gente fica realmente assim numa situação muito difícil para trabalhar.

Mas vou levar sua reivindicação, vou colocar isso lá no colegiado e com certeza, a gente vai encontrar uma alternativa para que realmente a senhora possa participar ou a suplente possa participar também da reunião.

Obrigada.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Eu quero só que a gente, porque eu estou abrindo palavras, vocês estão vendo o horário está passando, e os encaminhamentos.

A SRA. MARA VALVERDE – Deputado, eu queria só contribuir com a Delegada Juraci. É o seguinte: Delegada Juraci, esse momento é superimportante, nós estamos dentro de uma campanha que chama 'Dezesseis Dias de Ativismo Mundial', inclusive tem as machas das mulheres negaras, eu como mulher negra, gostaria de está lá, mas não estou, estou aqui e a gente aonde vai, vai falando da nossa história. E essa questão da Delegacia, ela é uma das políticas públicas que o Estado precisa ter aqui, e que nós já estamos a trinta anos falando isso. Nós precisamos ter nesse Estado uma Secretaria de Políticas para as mulheres se olharem porque aí você tem a condição da Casa Mulher Brasileira. Nós precisamos ter um Centro de Referência que atende as mulheres vítimas de violência, que também pela Assembleia como foi proposto vai atender e vai ajudar os municípios com essa rede de enfrentamento que a Promotora Tânia, participa e todos nós que estamos aqui. E nós temos o Tribunal de Justiça, que tem o Projeto Abraça que faz um trabalho de ressocialização com os homens que precisam de recursos que nós da Comissão de Direitos Humanos, que eu participei, foi colocado recurso e orçamento não foi colocado ano passado. Nós temos a Defensoria Pública, que tem o Núcleo Maria da Penha, que precisa de recurso também, que precisa dos profissionais atuantes, Então, nós temos uma rede, e nós temos uma Casa Abrigo, aqui no município, único do Estado, que precisa mais se ampliado. Então, essa Audiência hoje, ela faz com que a gente possa pautar esse grupo de trabalho todas essas ações principalmente com orçamento, que já foi trabalhado isso com o Deputado Cleiton Roque, numa reunião que tivemos com mulheres que queríamos ampliar mais. Então, nós estamos aqui para contribuir nisso, para que essas mulheres tenham realmente um atendimento, não só da violência, mas todas as áreas que elas possam ter espaço, que elas possam inclusive as ações de gênero que muito foi colocado nas Câmaras, foram interpretadas mal na questão de política de gênero, quando as Assembleias foram aprovar, a questão da família que não é o caso agora, mas existe essa Lei, que precisa ser trabalhada. Então, nós temos um monte de ramificações, de políticas que precisa, e temos um Governo Federal que está colocando aí essas políticas pra gente, depende da vontade política, e eu acredito que todos os autores que estão aqui podem levar e a gente pode avançar. É para isso que nós estamos aqui, obrigada.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Vamos para os encaminhamentos, tem aqui ainda a fala do senhor Guilherme Ornelas, ele vai falar Defensor Público, Dr. Guilherme, tem ainda mais o Valdenir Albuquerque, Marcela Chiecco, e também o Deputado Neidson, já falou. Mas a Dra. Juraci, falou sobre a questão da possibilidade da abertura da Delegacia do 8º DP, não é isso? Mas porque duas Delegacias? São duas Delegacias no mesmo horário, vai funcionar até uma e trinta?

A SRA. JURACI HENRIQUE DE AGUIAR – Não, seria a Delegacia do centro funcionar no primeiro horário e a Delegacia da Zona Leste, funcionar no segundo horário.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – O segundo horário seria até que horas?

A SRA. JURACI HENRIQUE DE AGUIAR – Seria de 13h30 até as 19:00h.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – A gente tem que discutir isso. Porque que não faz uma unificação, o efetivo coloca só um local no espaço e discute até.. A gente estava falando agorinha com a Doutora Tânia, para a gente unificar essas duas Delegacias.

A SRA. JURACI HENRIQUE DE AGUIAR – Deputado, só um esclarecimento. O plantão 24 horas, ele requer equipes e essas equipes, elas tem que ser formadas no mínimo por um Delegado, dois escrivães no mínimo, quatro agentes de polícia, fora o pessoal do comissariado de apoio, cada equipe. Esse que é o problema nosso, porque se nós fizemos uma Delegacia que atenda pela parte da manhã e outra que atenda pela parte da tarde, nós teremos duas equipes, não é isso? Agora se nós tivermos que fazer o plantão, nós teremos que ter cinco equipes, esse que é o problema, porque tem a legislação também do horário de trabalho.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Só para título de conhecimento. Estava lá no Banco do Brasil, das Nações Unidas, um cidadão estava tendo um ataque epilético, eu liguei do meu celular, do celular da CIOP por mais de cinquenta vezes, 193, 190, quando atendeu, aí ele falou: não tem viatura porque é a única viatura do CIOP, da questão do SAMU, não, do 193, está empenhada na situação de atendimento. A situação está precária gente, a verdade tem que ser dita, nós aqui a cada dia, esse orçamento e com a ajuda de vocês, que eu vejo a sociedade civil organizada, todos os órgãos que realmente responsáveis. Aqui eu estou tratando sobre a situação de violência doméstica contra as mulheres, mas não é só isso, tem. A Doutora deixou bem claro, faltam recursos humanos, mas porque não tem uma política para repor essas pessoas, aí também falta a questão da estrutura, não adianta a gente construir a Casa da Mulher Brasileira, e aquele monumento e não ter efetivo, vai ficar uma situação parada, vai ser mais um elefante branco parado, igual aquele lá, vou dar um elefante branco porque vai ser no mínimo gasto aí um milhão, tudo é um milhão, daí para mais, vai ser parado lá, jogado sem ter condições. Então, nós temos que realmente pensar, chamar o governo, e cobrar, não adianta a gente ficar aqui sanando probleminhas, mas a questão é muito maior. Então, a oportunidade é essa Doutora, e pode ter certeza que depender desta Casa, dos Deputados, nós somos ombreados em resolver orçamentária, questão no recurso humano, questão dos concursos para dar condições, porque, eu nunca vi uma segurança pública tão esquecida, tão realmente sucateada quanto está nesse Governo, infelizmente é isso, valorizou realmente em parte a questão remuneratória que é um direito porque vinha, e não foi de forma amigável, tudo foi através de greve, foi através de luta, de militância ou ações judiciais e esqueceu quanto a questão das demais demandas, que é a questão estrutural, a questão de recurso humano e insensivelmente. Vou passar a palavra para o Dr. Guilherme, fazer uso da palavra.

O SR. GUILHERME ORNELAS – Bom dia a todos, bom dia Deputado Jesuíno Boabaid, bom dia ao Deputado Lazinho da Fetagro; cumprimento a Mesa em relação às mulheres na pessoa da Doutora Tânia, Promotora de Justiça com quem eu tenho atuado. A gente percebe aí a sensibilidade dos Deputados

em trazer essa questão a Mesa, sempre no interesse dessas pessoas vulneráveis, e a gente teve semana passada uma reunião da Rede de Enfrentamento da Violência, proporcionada pela Defensoria, eu chamei atenção. Essa questão da Delegacia 24 horas, aumento da segurança é de extrema importância, a gente sempre ressalta isso, mas eu tentei chamar atenção também que aqui a gente poderia talvez conseguir mais do que isso, eu acho que o que eu fiz questão de frisar, e o que tira a mulher dessa situação de violência, às vezes não é só o direito penal, não é só pena, não é só delegacia 24 horas, a gente precisa de políticas públicas efetivas, para formação, capacitação da mulher, não só em Porto Velho, no Estado inteiro, e a gente precisa de políticas públicas pontuais. E aí eu me coloquei a disposição Deputado, de junto com quem quiser, eu acho que é mais importante à presença da sociedade civil organizada da gente começar a criar um grupo de trabalho específico mês a mês, quinzenalmente e começar a esmiuçar o orçamento e na hora certa e adequada, a gente ligar para política pública. Quanto da discussão do PPA, a gente, tem uma Audiência Pública necessária que precede a aprovação do PPA, mesmo sentido da LOA, da LDO. Então, a gente precisa ter elementos, argumentos, a gente precisa está organizando, para falar: olha agora a gente quer isso, inclua isso aqui no PPA, eu tenho certeza que a Assembleia vai está do lado dessas mulheres lá, da gente, de criar uma política pública que tenha inserção no Estado inteiro, ah! Mais tem uma dificuldade. Vamos fazer um convênio com a Universidade Federal de Rondônia, com a parte da assistente social, com a parte de contabilidade pública, para ajudar a gente a entender esse orçamento e passar 'ó, precisamos de incluir isso no orçamento', incluindo no orçamento, vamos fiscalizar a sociedade civil, cidadão, e aí a Defensoria Pública, o Ministério Público também, tem esse caráter de educação em direitos ao lado da sociedade não só judicialmente, mas também extrajudicialmente. Então, eu faço um convite e uma proposição Deputado, de a gente poder criar esse grupo, não tirando enfoque da necessidade da segurança pública que o senhor tem pontuado muito bem que é extremamente necessário, mas para a gente criar esse grupo e na próxima reunião da Rede de Enfrentamento, a gente poder retomar essa discussão e a sociedade civil tiver interessada se fazer presente para que a gente possa efetivar isso, e passar a fazer parte da nossa rotina de cidadania, de exercício cidadão, para a gente poder criar ao longo prazo uma cultura de respeito maior as mulheres. Então, eu vou ser breve para não ser cansativa, a proposição da Defensoria Pública, te agradeço o convite, peço desculpa porque estava em audiência, cheguei atrasado, mas estava atendendo outro hipossuficiente enquanto isso.

Obrigado Deputado.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – A gente agradece a sua colaboração e com certeza, iremos encaminhar dessa forma sim. A dona Benedita Nascimento.

A SRA. BENEDITA NASCIMENTO – Boa tarde, já está quase na hora do almoço, aos Deputados. Eu quero primeiro parabenizar pela chamada pública, acho que pela primeira vez no Estado de Rondônia, na história de luta dos movimentos feministas e de mulheres e na história desta Casa Legislativa, pela primeira vez, eu vi um chamamento público na televisão, para que a sociedade pudesse vir discutir questões relacionada aos problemas especificamente as vítimas, as mulheres vítimas de violência. Então, essa Casa de fato está de parabéns, eu

inclusive ó vim para cá, porque eu vi a chamada e aí me agendei e ainda cheguei atrasada, então continue chamando mesmo porque aí a sociedade vem. Em nome da Doutora Tânia, que é uma parceira já de longas datas, eu quero parabenizar e quero agradecer aqui essa oportunidade, eu acho que a gente não pode, eu queria chamar atenção para duas coisas básicas.

Primeiro a gente tem que começar a pautar, fazendo um pouco do distanciamento de duas dimensões do que trata a questão da violência contra a mulher, uma é a chamada atenção da proteção básica, o que é isso gente? Quando a gente chama proteção básica no serviço de atenção, é a gente trabalhar o caminho, da prevenção, ok, serviços têm aí à vontade, se eles são executados, não posso garantir que eles são executados efetivamente, mas existem as políticas públicas no âmbito da assistência social tanto do município como do Estado, que deveriam, deveriam ser executadas, e aí nesse caminho, eu acho que a gente já avançou muito, porque a gente tem uns serviços assim extraordinários no âmbito da assistência social. Mas quando se trata da questão, da atenção às vítimas, aí a gente tem muitas complexidades, essas complexidades, elas vão, e aí eu concordo com o Defensor, elas vão esbarrar na questão orçamentária, e aí, eu acredito que a gente pode avançar nessa discussão na medida em que a gente consiga pautar de fato no PPA, o que de orçamento nós precisamos ter garantido para que se execute a política de atenção às mulheres vítimas de violências. E aí a Delegacia ela é o principal canal de articulação dessa política, ela é, porque é lá que a mulher vai à primeira estância denunciar, e a gente só vai ter acesso a essa mulher vítima de violência, se a Delegacia funcionar 24 horas, há! Não dar para funcionar 24 horas? Ok; vamos trabalhar uma estratégia para a gente garantir e assegurar pelo menos que essa Delegacia funcione com a devida precisão de atenção a essas mulheres. Então, assim a gente precisa criar algumas estratégias, o que a gente tem? Quantas Delegacias nós temos aqui subdelegadas? Da capital? Vamos criar uma estratégia, nós precisamos criar estratégias gente para trabalhar com o que a gente tem, agora, agora. Essa discussão da Delegacia 24 horas, ela não pode ser adiada, e ela não pode de forma alguma acontecer, acontecer mais uma vez de forma desmerecida, ela tem que acontecer de forma efetiva, mas agora, a gente não tem isso no orçamento. E aí para a gente ter isso no orçamento do ano que vem, a gente precisa começar a trabalhar já, e aí, eu concordo com o Defensor que a gente precisa sair daqui com um grupo de trabalho, capaz, um grupo de trabalho capaz de criar uma estratégia de planejamento orçamentário que possa ser viabilizado no orçamento do ano que vem, aí sim, esse grupo terá viabilidade, se não tiver. Agora, uma coisa é certa, cuidado para que a gente não consiga criar, não crie vários grupos de trabalho e abandone e enfraqueça mais ainda os Conselhos, cadê os conselhos gente? Conselho Municipal, Conselho Estadual, o papel deles é esse, é eles monitorar o orçamento, propor políticas públicas, propor destinação orçamentária o papel dos Conselhos são esses, se não tiver funcionando, não tem porque existir, não tem porque existir. E não vamos responsabilizar a sociedade civil pelo enfraquecimento dos Conselhos, a responsabilidade pelo que eu conheço historicamente do enfraquecimento dos Conselhos, dos diversos é porque os governos, a administração pública, ela não dá a devida prioridade para que seus entes participem.

Então, o enfraquecimento dos Conselhos gente, se dá por conta infelizmente da falta de institucionalização dessa questão, questão de gênero no devido ordenamento público

da área administrativa. Então se as Secretarias, se o Governo do Estado, não priorizar isso o Conselho como uma estância propulsora de políticas públicas realmente, não vai acontecer, então, a gente precisa pensar outra estratégia também de assegurar com que os Conselhos possam de fato se tornar efetivos, mas efetivos pautando políticas públicas. Gente é extremamente desestimulador eu voltar neste plenário há mais de trinta anos, há mais de trinta anos voltar neste plenário para está discutindo implantação de Delegacia 24 horas, isso é desestimulador, eu me recuso a aceitar que no século XXI depois de uma grande jornada de intervenção da sociedade como todo, entendeu, a gente ainda não ter essa política implantada porque nós temos dificuldade de pensar estratégia de orçamento. Então assim a decisão, ela é política gente, ela é técnica na medida em que a gente possibilidade se existe a possibilidade, mas a gente não tem a decisão política, aí nós vamos voltar para cá e fazer várias audiências, continuar fazendo audiências. Então, assim, eu acho que Deputados, Deputados acho que a agente tem que se atentar para duas coisas: primeiro, há possibilidade de constituir o grupo de trabalho, de gestão orçamentária no âmbito da política pública de gênero, há isso? Se há a gente cria, e aí cria com sociedade civil, com participação dos Conselhos, com participação das Universidades para que a gente possa de fato dando conta de responder a essa complexidade que ela não é pequena, ela é muito grande. Segundo, não dar mais para a gente discutir o que a gente não tem em cima do que não temos, nós temos que discutir estratégias e políticas afirmativas, não só afirmativas, mas efetivas de enfrentamento a violência contra a mulher com que a gente tem, e com o que a gente tem, está muito ruim, está muito ruim gente. Então a gente tem duas demandas importantes, e aí a gente tem que pautar as prioridades dessas duas demandas, com que a gente tem, a gente vai superar o que? Com que a gente ainda vai construir, nós vamos chegar onde? Eu acho que se a gente começar a pautar isso, a gente caminha. Então, assim eu quero me colocar a disposição, faz tempo eu estou afastada dessa militância, mas eu estou vendo aqui um monte de rosto e caras aí de longa jornada, quero me colocar a disposição Defensor, para esse grupo de trabalho no âmbito da gestão, estou estudando a institucionalidade da política pública de gênero nos governos, estou estudando isso e infelizmente gente, o Brasil avançou muito, está muito a frente de muitos países da América Latina, mas em algumas cidades, em alguns municípios periféricos como a região amazônica, que tem suas peculiaridades, nós temos não só perdido a oportunidade como essas de implantação da mulher brasileira, como as oportunidades orçamentárias em nível de Governo Federal para que a gente possa está de fato implementando algumas políticas efetivas. Casa Abrigo, eu não quero ampliar Casa Abrigo, para finalizar, eu quero é acabar com Casa Abrigo. Casa Abrigo gente é a gente querer que as mulheres sejam violentadas, e nós não queremos, nós não queremos Casa Abrigo, tem que ser extinta da nossa linguagem, da linguagem da pauta, da agenda do movimento social, do movimento feminista, do movimento de mulheres, da sociedade civil. O que nós precisamos é de fato ter trabalhar essas duas dimensões da básica e da alta complexidade, quer dizer: o que a gente pode trabalhar como prevenção, e aí companheiros infelizmente, uma estratégia importantíssima que a gente poderia está trabalhando como prevenção no âmbito da educação, Doutora Juraci, era a inclusão, era a inclusão nos currículos escolares na questão de gênero, não foi, não aconteceu, nós levamos bomba, nós ficamos chupando o dedo, sabe por que gente? Porque, nós

estamos enfrentando uma sociedade conservadora que acha que a mulher tem que apanhar e que ela ainda é propriedade do seu marido, e, portanto, isso não tem que vir para a discussão em público.

Gente, a discussão de gênero, nas Câmaras Municipais, foi uma vergonha, uma vergonha, querendo discutir, dizendo que nós mulheres estávamos querendo definir com que idade a criança ou o adolescente se define no seu sexo, gente isso é muito subterrâneo, a questão de gênero, não tem nada haver com isso, essa questão de gênero é discutir igualdade, igualdade de homens e mulheres numa sociedade que se diz democrática.

Então, infelizmente Doutora, nós perdemos a oportunidade, talvez daqui á mais vinte anos, a gente consiga voltar com esse tema e fazer a discussão da inclusão da questão de gênero como uma temática interdisciplinar nos currículos de ensino fundamental e médio, para que a gente possa está, aí sim, alcançando a família brasileira, e dizendo para essa família brasileira que homens e mulheres, têm direitos iguais e que a mulher, não precisa ser violentada, só porque ela tem uma vagina gente, só porque ela é mulher. Então, é isso, muito obrigada, sucesso, me coloco a disposição para trabalhar no GT, principalmente nesse do orçamento, acho que é importantíssimo, acho que essa é uma questão muito viável, começando agora, porque a gente já está atrasada inclusive, o orçamento já deve ter sido, estamos em novembro, já foi, mas dar para a gente fazer uma, sei lá, trabalhar uma emenda aí, não sei. Gente obrigada, parabéns aí pela iniciativa, muito boa e publicizem mesmo essa demanda porque, hoje saiu de novos dados da violência contra a mulher no país gente, aumento, aumentou, saiu agora no Jornal Nacional, agora pela manhã, eu vi, estava escrevendo, não deu para anotar os dados, mas assim, pesquise que estão atualismo os dados.

Obrigada.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Vou registrar e agradecer a presença das Assistentes Sociais Rita Andrade e Neuza Valentim. Ainda falta falar a senhora Iglair Régis, a Marcela, e o Ruslan. A Iglair Régis.

A SRA. IGLAIR RÉGIS – Bom dia a todos, cumprimentar a Mesa, Senhora Doutora Juraci. Quando nós falamos de violência, eu a escolhi Doutora, porque falamos em questões policiais, é uma questão de polícia. Mas como gerontóloga, eu quero trazer aqui para vocês, uma preocupação muito minha que faz parte dos meus estudos, quanto à violência contra o idoso. Fala-se muito da violência contra a mulher, mas aquela mulher que é ativa, aquela mulher que pode se defender aquela mulher que é bonita, jovem, aquela mulher que ainda é criança.

Mas, a mulher que é criança e começa a ser violentada ela conclui a sua vida também sendo violentada em seus direitos, e pior, ela é violentada dentro do seio da sua família e é de subnotificação, não temos dados porque quem violenta essa mulher? Filhos, filhas, noras, genros, netos. Eu decifro assim: 'violência contra mulher idosa, é uma cifra negra jogada debaixo dos tapetes'.

Aqui poucos tapetes usamos porque é um calor tão imenso que não temos tapetes. Mas, como eu sou do sul, do frio e quando a gente quer uma casa rápida, a gente joga uma sujeirinha debaixo do tapete. E a violência contra a mulher idosa é essa sujeira que está debaixo dos tapetes e pior, no seio das famílias. A senhora, Doutora Tânia, deu uma palinha da violência contra o idoso. Eu pensei que a senhora fosse

evoluir nessa violência, mas eu tenho certeza que a senhora não evoluiu por falta de dados também. Eu sou geógrafa e enfermeira e digo a vocês, que nós não estamos capacitados para fazermos essas notificações. Não temos também apoio, que tipo de apoio? Segurança, que como um agente comunitário vai denunciar, vai notificar se ele vive na comunidade e o filho que está violentando essa idosa pode fazer algo contra ele.

Então, fica aqui um desafio; olhem para violência também contra a mulher idosa, vamos prestar atenção, todos, é multidisciplinar, é uma questão de todos, nós só vemos isso quando acontece na mídia, quando acontece que foi violentado num asilo que hoje chama Instituição de Longa Permanência ou quando um filho e aí torna-se uma aberração perante os olhos da sociedade, aí todos se voltam para essa violência, acabou, passou aí uma semana, está tudo certo, a sociedade volta ao normal. Por ano 16%, aumentou, 16% a violência contra o idoso, a partir do momento que se encara que o envelhecimento é feminino e que são as mulheres idosas que vivem da família, que os homens idosos 'ah, esse tem outras oportunidades de casar novamente, de reconstitui família, mas a mulher idosa, ela fica dentro de casa cuidando de netos, muitas vezes mantendo essa 'família'. Então, se esses 16% foi acrescido, significa que a mulher idosa, ela está sendo muito mais violentada. Fica aqui o meu apelo para este olhar, dá vez e ouvido aquela que durante muitos anos e no final da sua vida, que dedicou a sua vida a todos e no final da sua vida ainda está sendo violentada em seus direitos, na sua dignidade humana.

Obrigada.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Passar a palavra agora o Senhor Ruslan Magalhães. Depois dele, ainda tem alguém que vai falar? Não, a gente precisa até por questão do horário, é meio dia, a gente fazer os encaminhamentos, a lavratura da Ata, esse tipo de coisa, uma Ata resumida. Então, Senhor Ruslan, o senhor pode fazer uso da palavra.

O SR. RUSLAN MAGALHÃES – Bom dia a todos. Eu Parabenizo o Deputado Jesuíno por essa iniciativa e a gente está vendo aqui uma mudança nesse plenário, que ele já começou a se preocupar com o nosso Estado, muitos não são daqui, mas moram aqui então, nós temos que dizer que nós temos que lutar por esse Estado. A Questão da violência, eu faço parte do Conselho da Segurança da Zona Leste e sempre estou reunido e nós temos que acabar com esse negócio de ficar empurrando, quer dizer, já são 30 anos que está, foi plantada essa semente, eu acho que não germinou e nós temos que avançar. A Doutora Juraci falou aqui sobre a questão da Polícia Civil, não é o problema de viatura, o Deputado já falou aqui, eu acho que muitos aqui já também passaram por essa situação que quando se liga não se adquire aquele veículo para resolver aquela situação. Ela falou também sobre a questão de pessoal, se a gente for analisar e eu gostaria que depois ela pudesse até responder e também um representante da Polícia Militar; quantos funcionários policiais estão desviados de suas funções em vários órgãos aí que poderiam está prestando uma melhor segurança, não sei quais são as questões, mas nós aqui temos que, é como o Deputado falou. Mas, nós temos que botar para fora esse ranço que está aí alimentando e prejudicando a classe policial. Porque um delegado que passa um plantão, como ela colocou que tem que se dividir duas equipes, um delegado que passa um plantão, ele passa 03 dias de folga e isso eu vejo lá no nosso bairro Ulisses Guimarães onde tem uma delegacia,

quer dizer, são 03 dias que não se tem um delegado para registrar aquelas ocorrências. Então, você já ver a dificuldade que nós vamos ter por falta desse efetivo, ele vai ter que cumprir aquela folga dele, a população vai ficar carente porque não pode se deslocar porque não vai ter aquela autoridade para que se faça pelo menos boletim de ocorrência. Então, a gente está vendo aí essas dificuldades, a questão das escolas, nós temos que trabalhar, foi feito, nessa parte do Conselho eu coloquei uma proposta, um Projeto, nós temos que envolver as escolas, o Ministério Público, o ECA, direção, pais porque o menor, ele não tem responsabilidade e nós temos que começar a mudar essa cultura, não é só polícia, polícia tem o papel dela, agora os outros segmentos como a doutora falou aqui, cada um é um braço e se a gente não se unir e mudar esse conceito, a nossa cultura, porque seja até de exemplo aqui no nosso Estado, vamos fazer o modelo; tem aquelas justificativas: não, porque São Paulo tem isso. Não interessa, ninguém mora em São Paulo, nós moramos em Porto Velho. Então, vamos fazer o modelo, se os outros não têm essa capacidade e como aqui a gente ver pessoas de alto nível, preocupada, vamos desenvolver, vamos chamar o Governador, vamos chamar o Prefeito, negócio de dizer que não tem área; tem sim gente, quando a gente quer fazer a gente faz. Um Estado desse que tem 03 hidrelétricas, que nós temos aqui os royalties, nós podemos chegar e bater o pé e pedir para o governo federal, porque tudo, nós estamos só com os problemas sociais aqui dentro, só estão os problemas sociais, o outro quem está ganhando são os financeiros que não tem participa aqui do Estado. Então, quando a gente começar a unir e mostrar esse lado, nós começamos a avançar em todas as áreas. Então eu me coloco a disposição em ajudar, o que for possível, projetos nós temos aí, envolver os pais para ter a responsabilidade, porque é isso que nós temos que fazer, nós temos que cobrar, fazer uma advertência, sei lá o que, porque o pai é o responsável principal, não é escola, não é o Estado, nem nada, é o pai.

Então vamos mudar esse modelo gente, eu tenho certeza que poderá ser o modelo para o resto do Brasil.

Obrigado gente.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Nós vamos para os encaminhamentos. Só para registrar também aquela questão do Prefeito no início; tem aqui um protocolo que foi entregue para o Prefeito e para o vice-prefeito a questão das informações da Audiência Pública e também para os Secretários municipais, está tudo registrado para depois não falar, ficar registrado, dizer: ah, não fui notificado. Estão todos notificados, foram todos notificados e poderiam sim encaminhar, ou o vice-prefeito virem aqui na presença também para discutir isso.

Encaminhamentos da Audiência: 1º Um Grupo de Trabalho para acompanhar o cumprimento e fiscalização da Lei nº 11.340 e a efetivação do orçamento do Estado quanto a questão que ela falou das políticas públicas voltadas para mulheres. E já está tendo uma reunião com o Deputado Cleiton Roque, mas a gente vai, vai ratificar isso aqui nessa Audiência Pública também. Em reunião com o representante da Casa e do Estado, o Prefeito Mauro Nazif para discutir a disponibilidade do terreno para Casa Mulher Brasileira. Isso foi proposto também sobre essa situação. E tem o que o Secretário falou, esse mesmo grupo um agenda com o GGI, não é isso? Tem uma reunião com esse grupo que vai ser formado para discutir isso a semana que vem a possibilidade, ele vai primeiro ver a possibilidade de abrir essa discussão com o GGI e para gente participar dessas Audiências para discutir. E aí, eu queria alguém

da Mesa, quiser também propor. Doutor era isso mais ou menos, esse grupo, essas proposições aqui para gente fazer os encaminhamentos pertinentes. Doutora Tânia.

A SRA. TÂNIA GARCIA SANTIAGO – Eu acho assim, “a gente tem que trabalhar com a realidade”. Não vai começar ter uma delegacia 24 horas a partir do dia 1º de janeiro. Da minha parte, se o Governo mantivesse 03 delegadas, se melhorasse o horário de atendimento, enfim, alguns pequenos ajustes que poderiam ser feitos, concluíssem os mutirões propostos na Audiência Civil Pública, já seria um caminho. Agora, eu acho o seguinte, tem que ser discutido, que seja no GGI então, já que várias pessoas destacaram a importância de se centralizar essas discussões referentes à estruturação da própria polícia na polícia. Então, eu acho que no próprio GGI, eu acho que tem que ser discutido essa proposta do Governo, porque não foi discutido com a sociedade civil e nem com os outros órgãos públicos, assim, a questão da criação de uma outra unidade da DEAM na zona leste, isso é melhor? Eu acho que isso tem que ser discutido a tempo, ou seja, tem que ser para ontem.

Porque a mim, a mim me parece que se concentrassem esforços, o deputado também destacou isso, se concentrassem esforços na DEAM para ampliar o horário de atendimento, para melhorar as condições de trabalho das delegadas, talvez fosse mais eficiente. Mas, eu acho que isso tem que ser discutido o quanto antes, eu acho que o local é no GGI, eu acho que todos aqui tem que sair com compromisso de, eu não sei quem vai pautar essa reunião no GGI, a própria Secretaria de Segurança Pública, alguém vai propor?

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Não, através da própria Casa, o Secretário já saiu com essa, a Assembleia Legislativa vai acompanhar e nós iremos informar a todos para participarem dessa discussão.

A SRA. TÂNIA GARCIA SANTIAGO – E aí haver um compromisso de todos os envolvidos de que eu acho quem tem que efetivamente participar deste debate, quem tem o mínimo de influência e de poder decisório. E eu destaco ainda Deputado, o encaminhamento que eu fiz na minha fala, de que tanto a Assembleia, quanto o Governo Estadual especialmente através da Secretaria de Segurança Pública e SEAS, concentrem esforços para estruturação da gerência e do Conselho de Direito.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Mais um item da pauta.

A SRA. ONETE MACIEL ALVES – Eu acrescentaria não na estruturação da gerência, mais a criação de uma Coordenadoria, porque enquanto gerência nós não temos autonomia nenhuma e aí, inclusive na Audiência passada já coloquei isso, já foi pautado isso em relação à questão de uma gerência, a gente não tem autonomia financeira e, aliás, orçamentária e também nem de pessoal como eu já coloquei que é eu, eu e eu. Então, a gente precisa ter uma Coordenadoria para que a gente possa ter realmente pessoas, pessoal para trabalhar nas políticas específicas, porque a gente não precisa, nós não podemos trabalhar o enfrentamento a violência, nós precisamos trabalhar também a autonomia da mulher e outros eixos que estão dentro do Plano Nacional da Política Pública para mulheres e aí se a gente tem uma só ou duas pessoas trabalhando nesse sentido, realmente não funciona.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – A Assembleia também, o Deputado Dr. Neidson fez uma fala sobre a criação

daquele grupo lá pela Assembleia. Então, nós iremos também colocar isso na pauta para criação através da Assembleia Legislativa desse grupo também, discutir com os Deputados e o Presidente desta Casa, quanto à formação desse grupo. Então o CHAME vai ser a discussão e implementação, um item também da pauta, discussão e implementação do CHAME no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Coloca também aí. Outra coisa....

A SRA. ONETE MACIEL ALVES – Sejam contratados técnicos para esse trabalho, não só indicação política, porque muitas das vezes sai de foco. Então, sejam contratados técnicos para esse trabalho.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – A SEPAZ para mim é uma secretaria que, sinceramente, só para, não serve para nada. Mas, a gente, não a verdade tem que ser dita..

A SRA. VERA REGINA – Não deputado, hoje ela só discute política de drogas, antidrogas só...

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Não, mas a SEPAZ, ela, fala em Coordenadoria, a SEPAZ, eu acho que é a secretaria mais impertinente para gente discutir também, alterar, o Deputado Lazinho está aqui, a gente propõe uma alteração no Projeto de Lei, através de indicativo, aí encaminha e cria a Coordenadoria dentro da SEPAZ...

A SRA. ONETE MACIEL ALVES – É uma política, ela é transversal, ela “passa” com todos esses setores.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Então, eu, Deputado Lazinho, a gente pode discutir isso também, uma alteração na...

A SRA. TÂNIA GARCIA SANTIAGO – E Deputado a demanda que mais tem crescido para nós no judiciário, eu vou falar para vocês viu, tem aumentado muito, não é a demanda do companheiro contra a idosa não, já que foi falado muito aqui, não do idoso, mas assim da mulher que está chegando a esse estágio da vida, é de filhos contra mãe e tem crescido e são situações de dependências químicas que a gente fica sem ter o que fazer, não tem internação compulsória, isso não está funcionando, a Defensoria Pública que o diga, porque são várias ações demandadas, aí a Fazenda Pública não determina a internação compulsória para o Estado e a gente está sem ter o que fazer e é a demanda que mais tem crescido.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Por isso que eu falei a questão da SEPAZ, dar a gente realmente criar essa Coordenadoria e o Deputado Lazinho, acabou de falar para gente realmente poder reestruturar a SEPAZ porque dar um trabalho para ela, hoje ela está fazendo uma obra questão de visitas, da política de droga. Mas, pode ser, Secretaria da PAZ, paz tem haver com o quê? Com violência, então tem tudo haver, eu entendo que tenha discussões aí para dar algum trabalho que infelizmente, é Superintendência, eu acredito que até Superintendência não é nem mais Secretaria é Superintendência hoje. Então, a criação...

A SRA. VALDENIRA – Viu Deputado...

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Pode falar Senhora.

A SRA. VALDENIRA – Ainda sobre os encaminhamentos da doutora Tânia, sobre a Patrulha Maria da Penha, esse é um dos encaminhamentos que a gente sabe que quem trabalha diretamente com a mulher, a gente sabe dessa grande necessidade. Então, se não existe possibilidade da DEAM trabalhar às 24 horas nem mesmo às 12 horas, de 07 a 07, mas que fosse pensando realmente na criação da Patrulha Maria da Penha. Nós tivemos um seminário há uns 03 anos atrás sobre a criação da Patrulha Maria da Penha, no Rio Grande do sul e a gente sabe da importância desse acompanhamento até para os servidores que lidam diretamente com a mulher e com o agressor, que muitas vezes saímos sem nenhuma proteção e damos cara a cara com o agressor e essa patrulha, ela vem favorecer bastante e é outra polícia que vai também dar esse suporte tanto para DEAM quanto para os órgãos que realmente estão à frente lidando diretamente com a mulher.

Então, eu concordo com o encaminhamento dela, já tinha falado isso na reunião da Rede e peço realmente um pensamento sobre essa criação, já que nós não teremos a possibilidade de ter a delegacia, pelo menos às 12 horas.

A SRA. BENEDITA NASCIMENTO – Olha só gente, só para mim ajustar aqui a fala da doutora Tânia que eu acho importante e a fala...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Só uma coisa. Olha, primeiro nós não vamos abrir mão da delegacia como ela tem que ser, isso aí é o que está aqui de encaminhamento, um processo de discussão, de negociação, de obrigatoriedade, de obrigação que o Governo tem e tem que fazer..

A SRA. BENEDITA NASCIMENTO – Constitucional.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Qualquer outro encaminhamento que vier, são encaminhamentos como complementos e como implementação da Lei que é a Lei Maria da Penha exige. Eu acho que uma dessas é a Delegacia 24 horas e eu o tema desse debate aqui e questionado por muitos é, que nós não vamos mais discutir esse tema enquanto não seja implementado.

A SRA. BENEDITA NASCIMENTO – Deputado, o senhor fez as palavras que eu, primeiro eu acho que a gente tem que focar mesmo, uma coisa é a gente discutir a viabilidade estratégica de implantação da Delegacia 24 horas em longo prazo, porque em médio prazo é curto e não temos condições viáveis. Mas, nós podemos discutir em médio prazo a estratégias para efetivar um serviço que dê conta de responder a demanda, duas coisas.

Aí, eu quero chamar atenção o seguinte gente: pensar na Coordenadoria de Mulheres, e a gente não tem condições de estruturar uma Delegacia de Mulher não dar para gente ficar pautando aqui uma discussão ainda dos sexos dos anjos, com muito respeito, a Coordenadoria de Mulheres é muito importante para execução, para pautar as políticas públicas, mas nós precisamos focar, a nossa prioridade de longos anos, de longos anos é a Delegacia da Mulher. Então, a gente tem que pautar isso, as outras questões elas podem ser discutidas nos diversos espaços, criar um grupo de trabalho até fazer uma outra Audiência, ou coisa parecida, mas eu acho que a gente tem que sair daqui e aí eu concordo com o Deputado e a Doutora Tânia fez uma fala bacana dizendo: ó, vamos tentar pactuar gente agora de uma forma mais de curto prazo, pactuar serviço que a gente tenha condições de executar, para inibir ou reduzir essa demanda no nosso município.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Deixar claro aqui para vocês, o primeiro item é porque não falou; abertura,

delegacia; cumprimento da Lei nº 11.340 e o que diz a Lei nº 11.340? É isso. Então, apenas resumimos de uma forma bem sucinta, e qual o cumprimento? A delegacia está lá no bojo dela. Mas, têm mais coisas que diz, as principais são: solicitar ao Comando da Polícia Militar proteção às vítimas e seus dependentes; solicitar os responsáveis pelas equipes policiais de trabalho ostensivos e policiais civis e militares; realização de abordagem de caso; oferecer acompanhamento policial para vítima ir buscar os seus pertences; encaminhar 20% dos dependentes; então, tem tudo elencado, a 11.340 ela está lá disciplina e aqui está discutido que foi proposto, o cumprimento da Lei. Então, ninguém abre mão não. Agora não precisa explicar de Delegacia 24 horas, é muito maior, a delegacia ninguém abre mão, que claro isso aqui, ninguém abre mão. Aí não precisa nem a gente ratificar isso aqui Deputado Lazinho, a gente, o cumprimento dessa situação. Quantos esses demais itens como o Deputado falou e a senhora está falando, é uma outra que nós, é um acessório daquela principal, então é um acessório, a discussão do terreno, a viabilidade do terreno são umas outras discussões que vão ser debatido com esse grupo através do GGI, esse grupo.

A SRA. TÂNIA GARCIA SANTIAGO – Deputado, eu queria deixar a proposta aqui, porque assim, quem acompanha essa luta há muito tempo sabe que a situação da DEAM tem, a gente não tem um quadro de melhora nos últimos anos, isso é fato.

Então, eu acho que seria importante assim, já que a Assembleia se propõe a ser um agente forte de cooperação nessa luta, que vai ser um calendário de Audiências Públicas de monitoramentos para 2016. Porque assim, não é só a DEAM, não é só a Secretaria de Segurança Pública, eu tenho certeza que se a gente conversar com as delegadas, com a Doutora Juraci, como Dr. Reis, o que eles mais querem é resolver isso.

Mas, não depende só deles, depende de várias outras secretarias, depende de várias outras questões. Então, eu acho que seria importantíssimo que a Assembleia e eu acho que seria de preferência um calendário já assim ou semestral ou anual com ampla divulgação, algo que fosse bastante trabalhado para monitoramento. Porque o campo da política da infância eu participei de algumas Audiências Públicas aqui na Assembleia e acho que a Assembleia tem muita força para pautar essas questões assim de relevância social. Mas, o que eu acho que às vezes fica meio perdido é a falta de feedback, é a falta de monitoramento. Então, eu acho que seria importante a gente ter um mecanismo voltado para fazer uma avaliação. Assim, a partir do momento em que a Assembleia começou a acompanhar essa política qual é o antes, o durante e o depois. Eu acho que é importante isso para que as pessoas até alimentem a sua esperança de continuidade.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Muito importante doutora a sua fala, até porque como eu disse no início da nossa abertura, dos trabalhos, a Assembleia já propôs diversas Audiências Públicas, já teve soluções de várias demandas e não teve resposta, não teve realmente a palavra feedback.

Então tem que ter sim realmente esse calendário para trazer, depois da Audiência foi proposto, foi isso, os encaminhamentos foram feitos. Então, através dessas reuniões, dessa formação desse grupo, lá nos discutimos e agendamos aqui na Assembleia esse agendamento, que fique já consagrado, só vai depender das datas após as reuniões e encaminhamento, isso aí eu acho que pode ficar Deputado Lazinho, a gente está vendo aqui a participação direta do Deputado Lazinho que até o final está junto com essa demanda

também, nós iremos acompanhar tanto a assessoria dele, quanto a minha para gente discutir isso. O que ocorreu depois das Audiências Públicas e realmente efetivar um trabalho a contento para sociedade rondoniense, em especial as mulheres que hoje nos deixou claro; o problema existe, agora temos que chamar a responsabilidade tanto no âmbito da Assembleia para o Executivo, dos órgãos realmente o Ministério Público, as demais instituições para resolver. Poder falar.

A SRA. MARA VALVERDE – Um outro encaminhamento, do fortalecimento dos Conselhos. A Assembleia tem o papel fundamental, eu acho que depois com as Audiências podem está puxando essa pauta também, como foi colocado aqui pela Onete que é Presidente do Conselho Estadual. Nós do Sindicato, do SINDLER já nos colocamos a disposição para fortalecer, porque nós estamos aqui na Assembleia para contribuir também, mas outras pessoas, outros municípios não têm.

Inclusive nós já perdemos conselhos importantes em Ji-Paraná da Mulher, em Cacoal também precisa ser fortalecido. Então, eu acho que a Assembleia tem esse papel e nós temos uma outra demanda importantíssima que é a Conferência Estadual de Mulheres que vai acontecer em dezembro que vai vir Ministra, vai vir novamente esta pauta colocada, eu acho que esse período a gente pode dar resposta do que foi monitoramento, esse grupo de trabalho para poder lá na Conferência para mandar para nacional, que a gente possa ter um avanço no Estado de Rondônia sobre isso. Eu acho que esse trabalho de médio, longo prazo e uma coisa importante que vocês colocaram que nós já fizemos um trabalho, uma reunião com o Deputado Cleiton Roque sobre o orçamento, porque nós temos que meter a colher nós temos que saber, a sociedade precisa saber como é que estamos e a gente sabe que ainda tem um passo até dezembro para ser votado, para que a gente possa vir todas as pessoas que estão aqui, possam participar para poder realmente ter nos espaços, nos seus órgãos orçamento para poder fazer políticas acontecerem lá. Muito obrigada.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Pode falar Doutora Tânia.

A SRA. TÂNIA GARCIA SANTIAGO – Eu não sei se já foi alguma vez discutido nesta Casa, mas, em mandatos anteriores.

Nós deixamos aqui esse pedido, Rondônia precisa da Casa dos Conselhos Estaduais, porque não tem mais condições assim, um conselho de Saúde ter uma estrutura, de Educação ter outra, o de Assistência Social ter outra, o Conselho da Mulher ter nenhuma. Então, eu acho que a gente precisa de uma Casa Estadual dos Conselhos de Controle e Participação Social, para que todos os Conselhos tenham a estrutura necessária para desempenhar a contento o seu papel de garantia de participação popular na administração pública.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – O Deputado Lazineiro, a gente, essa questão de Governo, não é de Estado, mas a gente pode propor uma indicação do Executivo com sua fala, é indicativo realmente porque os Conselhos existem. Mas, como ela bem salientou aí, só duas pessoas efetivamente, até por questão de estrutura, falta de incentivo, capacitação, às vezes até, não sei, essa questão de Conselho a gente pode discutir nessa Casa mesmo através de uma indicação. Dr. Júlio, o senhor está calado até agora, o senhor quer. Então, eu vou, o cerimonial vai pegar o nome de todas as senhoritas para constar,

para encaminhamentos da Ata, essa Ata resumida, é uma Ata resumida, que foi deliberada aqui para vocês terem ciência e também eu peço para vocês encaminharem o número, o telefone para contato, para deixar com elas para gente agendar, encaminhar através de mensagem a data das reuniões que foi deliberado pelo GGI. A prefeitura mesmo através, a Vereadora vai colocar uma data com o Prefeito para discutir a situação também quanto ao terreno, esse tipo de coisa. Pode falar.

A SRA. VERA REGINA – Não, só dizer que eu estava conversando com a Vereadora Ana Maria e ela ficou de entrar em contato com a gente para passar essa data, esse pré-agendamento dessa reunião com o Conselho e a gente se encarregava de avisar as demais representantes.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Eu conversei com o Deputado Cleiton, ele está tentando também ainda para hoje ou amanhã essa agenda, mais aí já de um lado ou outro se conseguir Vera, aí você encaminha.

A SRA. VERA REGINA – Sim senhor.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Quero novamente agradecer a presença de todos; a paciência, para mim foi salutar, não só para mim, mas para todos nesta Mesa essa discussão. E invocando a proteção de Deus, declaro encerrada a Audiência Pública para discutir a Delegacia 24 Horas.

Convido a todos para um coquetel que será servido no Salão Nobre dessa Casa, ao lado. Muito obrigado.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 12h27min).

SECRETARIA GERAL

ATO DA SECRETARIA GERAL Nº 002/2016 - SG

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, com base no inciso XV do § 1º do Art. 15 do Ato nº09/2015- MD/ALE, de 11 de novembro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer ponto facultativo em todos os setores da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, nos dias 08 e 10 de fevereiro de 2016, em virtude dos festejos carnavalescos, retornando o expediente normal no dia 11 de fevereiro de 2016 (quinta-feira).

Este Ato entra em vigor na data da sua assinatura.

Gabinete da Secretaria Geral, 18 de janeiro de 2016.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral- ALE/RO

De acordo

DEP. MAURÃO DE CARVALHO
Presidente - ALE/RO

ATO DE PENALIZAÇÃO Nº. 001/SG/2016

O **Secretário Geral**, à época no uso de suas atribuições, conforme preceitua o **Ato nº 009/2015-MD/ALE, artigo 15, II, § 1º, III. Resolve:**

Tornar pública a aplicação de penalidade de 06 (seis) meses de impedimento de licitar e contratar com esta Casa de Leis, a contar da data de sua publicação, a empresa **GUARA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA-ME**, inscrita no CNPJ nº. 14.883.022/0001-51, localizado na Rua Alexandre Guimarães nº 5118, Bairro Agenor de Carvalho, nesta cidade, com fulcro no art. 87 da lei nº 8.666/93, conforme consta no processo nº 6849/2015-97.

Publique-se,
Cumpra-se.

Porto Velho – RO, 18 de janeiro de 2016.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral – ALE/RO

ADVOCACIA GERAL

**EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO Nº 007/AG/ALE/2014
Processo Administrativo nº 472/2013**

Contratante: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA.

Contratada: EDITORA DIÁRIO DA AMAZONIA LTDA.

OBJETO: referente ao fornecimento e distribuição de jornais, para atender a demanda da CONTRATANTE, na quantidade de 42 (quarenta e dois) exemplares diários do jornal DIÁRIO DA AMAZÔNIA.

PRAZO: o prazo de 12 (doze) meses, a contar de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

VALOR: O valor contratual estimado é de R\$ 14.700,00 (quatorze mil e setecentos reais), conforme Nota de Empenho nº 2015NE00051, de 05/01/2015 (fls. 381 e 551).

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.: As despesas decorrentes do presente **TERMO ADITIVO** correrão à conta da seguinte programação: **Natureza da Despesa:** - 339039 - **Programa de Trabalho:** - 01122102020620000.

- **Evento:** - 400091 - **Nota de Empenho** nº 2015NE00051, de 05/01/2015 (fls. 381).

Para firmeza e como prova do acordado, foi lavrado o presente **TERMO ADITIVO**, o qual depois de lido e achado conforme,

vai devidamente assinado pelas partes aditantes às fls. 42 do Livro de Registro de Termos Aditivos do ano de 2015.

Porto Velho, 15 de dezembro de 2015.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia
Deputado Mauro de Carvalho - Presidente
Arlido Lopes da Silva – Secretário-Geral

CONTRATADA: Editora Diário da Amazônia Ltda
Lis Noeme Lelo Pinto - Gerente

Visto:

Celso Ceccatto – Advogado-Geral ALE/RO

**EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO Nº 009/AG/ALE/2013
Processo Administrativo nº 472/2013**

Contratante: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Contratada: JORNAL AG DE RONDÔNIA LTDA-ME.

OBJETO: referente ao fornecimento e distribuição de jornais, para atender a demanda da CONTRATANTE, na quantidade de 42 (quarenta e dois) exemplares diários do jornal A GAZETA DE RONDÔNIA.

PRAZO: o prazo de 12 (doze) meses, a contar de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

VALOR: O valor contratual estimado é de R\$ 15.120,00 (quinze mil, cento e vinte reais), conforme Nota de Empenho nº 2015NE00053 de 05/01/2015 (fls. 383 e 551).

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.: As despesas decorrentes do presente **TERMO ADITIVO** correrão à conta da seguinte programação: **Natureza da Despesa:** - 339039 - **Programa de Trabalho:** - 01122102020620000 - **Evento:** - 400091 - **Nota de Empenho** nº 2015NE00053, de 05/01/2015. (fls.383)

Para firmeza e como prova do acordado, foi lavrado o presente **TERMO ADITIVO**, o qual depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelas partes aditantes às fls. 45 do Livro de Registro de Termos Aditivos do ano de 2015.

Porto Velho, 15 de dezembro de 2015.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia
Deputado Mauro de Carvalho - Presidente
Arlido Lopes da Silva – Secretário-Geral

CONTRATADA: Jornal Ag de Rondônia Ltda-Me
José Erisvaldo Dos Santos Sousa
Sócio Gerente

Visto:

Celso Ceccatto – Advogado-Geral ALE/RO

SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES**AVISO DE LICITAÇÃO**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016/ CPP/ALE/RO
Processo Administrativo nº 12229/2015-40

A **Superintendência de Compras e Licitações - SCL**, através da **Comissão Permanente de Pregão - CPP**, por meio de seu Pregoeiro, designado através do **ATO Nº 3588/2015-SRH/P/ALE**, torna público aos interessados, que se encontra autorizada à realização do certame, tipo Menor Preço, consignando o que se segue:

BASE LEGAL: Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, as disposições da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 3.555/00, da Lei Complementar nº 123/06, e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFEÇÃO E FORNECIMENTO DE CARIMBOS, SERVIÇOS DE CHAVEIRO, CÓPIA DE CHAVES, INSTALAÇÃO DE FECHADURAS E ABERTURA DE ARMÁRIOS E GAVETEIROS, a pedido do **Departamento de Logística**, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência – Anexo 01.

VALOR ESTIMADO: R\$ 135.294,00 (Cento e trinta e cinco mil, duzentos e noventa e quatro reais).

DATA E HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES: Dia 01 de fevereiro de 2016, às 08h00min.

LOCAL: Sala da Comissão Permanente de Licitação da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, situada a Rua Major Amarante, nº 390 - Bairro Arigolândia, Porto Velho/RO.

DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS: O Edital estará disponível para consulta e retirada de cópia no sítio www.ale.ro.gov.br, Link Licitações.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ INFORMAÇÕES: Comissão Permanente de Pregão – CPP/ALE-RO, e-mail: cpl@ale.ro.gov.br - telefone: (0xx) 69-3216-2732.

Porto Velho - RO, 19 de janeiro de 2016.

Everton José dos Santos Filho
Pregoeiro ALE/RO
Mat. 200162382

SUP. DE RECURSOS HUMANOS**ATO Nº0119/2016-SRHP/ALE**

OPRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 178, I c/c artigo 203, § 2º, da Lei Complementar nº 68/92 e, **CONSIDERANDO**, o que restou apurado pela Corregedoria Administrativa através do **Processo administrativo Disciplinar nº 003/2015, datado de 07/12/2015**.

R E S O L V E:

Art.1º. ABSOLVER, a servidora **MARIA DAS GRAÇAS MAGALHÃES DA SILVA**, Assistente Técnico Legislativo, matrícula 10005935, pertencente ao Quadro de Pessoal Permanente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, isentando-a de penalidades no âmbito administrativo.

Art. 2º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência, 15 de janeiro de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

ATO Nº0127/2016-SRH/P/ALE

OPRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013, resolve;

N O M E A R:

O servidor **WALTER MARTINS DE MELO JUNIOR**, matrícula nº100000068, Cargo de Assistente Técnico Legislativo, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Casa Legislativa, para responder pelo Cargo em Comissão de Chefe de Divisão de Publicações e Anais, código DGS-3, no período de 21 a 31 de janeiro de 2016, no gozo das férias do titular.

Porto Velho, 14 de janeiro de 2016.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

E R R A T A

No Diário Oficial Eletrônico da Assembléia Legislativa nº 003, pág. 78, publicado no dia 08 de janeiro de 2016, promovendo a seguinte alteração no ATO Nº0013/2016-SRH/P/ALE, da nomeação do servidor **CALIL MACHADO SANTANA**.

ONDE SE LÊ:

PERÍODO DE 12 a 31/01/2016

LEIA-SE:

PERÍODO DE 01 a 20/01/2016

Porto Velho-RO, 19 de janeiro de 2016.

CLEUCINEIDE DE OLIVEIRA SANTANA
Superintendente - SRH/ALE/RO